

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2013

Aos 20 dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e treze minutos, na Casa do Povo da freguesia das Cinco Ribeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes • António Toledo Alves • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Cristina Margarida Alves de Sousa • Fábio António Lourenço Vieira • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina dos Santos Mendes Pimentel • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • José Guilherme de Ávila Brasil • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Gabriel Martins Gomes • Manuel Henrique Assis Ferreira • Marco Paulo Vieira Alves • Paulo Agostinho Fagundes Cota • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Luís Andrade de Medeiros • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Carla Eduarda Borges Terra • Guilherme Ferreira de Melo • Honorato Bettencourt Lourenço • João Manuel Rocha Toste • José Dimas da Rocha Machado • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Manuel Conde Bettencourt • Manuel Dinis Fagundes • Patrícia de Fátima Alvarez Lopes • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

José Alberto Dinis Borges • Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Câmara Municipal

Presidente: Sofia Machado do Couto Gonçalves.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel • Anselmo José da Rocha Barcelos • António da Silva Gomes • Fernando Francisco de Paiva Dias • Hugo Louro da Rosa.

----- «» -----

A ata da sessão anterior foi posta à discussão.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Penso que há uma palavra mal inserida na ata referente à minha intervenção na página 8. Onde é referido: «... não vou entrar em plano...», deve constar: «... não vou entrar em polémica...».

Feita a correção, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

▪ **Do gabinete do senhor Primeiro-ministro:**

«Tendo presente o ofício nº 96 de 30 de abril desta Assembleia Municipal e o documento anexo sobre os prejuízos causados pelas intempéries ocorridas no dia 14 de março no arquipélago dos Açores, pedido de apoio, encarrega-me o senhor Primeiro-ministro de informar V. Exa que o assunto foi transmitido ao gabinete do Ministro de Estado e das Finanças e ao gabinete do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional.»

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Américo Gonçalves: – Boa noite senhor presidente e restantes elementos desta Assembleia. Como a minha esposa também está inscrita, gostaria de pedir que os seus 10 minutos me pudessem ser concedidos para que eu disponha de mais tempo para expor o que me traz aqui hoje.

Meus senhores. Na reunião da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro foram proferidas alegações difamatórias à minha honra e que puseram em causa o empreendimento Angra Marina Hotel.

Todos vós sabeis que ali existem postos de trabalho mas o que me traz aqui não são essas alegações, já que as mesmas estão a ser tratadas pelos meus advogados; acontece que foram também proferidas algumas afirmações que não correspondem à verdade e, com o devido respeito, gostaria de as ler: na página 14 da respetiva ata diz isto:

«O que o senhor deputado Luís Rendeiro referiu acerca do hotel do Canta Galo é o que está a acontecer. O dono da obra entregou peças desenhadas, as denominadas telas finais, só que essas telas não passam de desenhos porque não vêm acompanhadas de termos de responsabilidade, não estão assinadas e não têm qualquer validade.

O dono da obra entende que a Câmara está a criar-lhe dificuldades mas não podemos receber uns desenhos em formato A4 ou A3 sem quaisquer assinaturas ou termos de responsabilidade sem estarem licenciados, nem tendo recolhido os Pareceres das devidas entidades para emitirmos uma licença definitiva da obra.

Enviámos um e-mail ao dono da obra referenciando todos os aspetos em causa, o que temos feito recorrentemente e ele respondeu com outros aspetos da lei que nada têm a ver com o que está em causa. Estamos a aguardar que ele entregue as peças procedimentais.

Temos um ótimo entendimento pessoal mas há divergências institucionais. Esta empresa colocou a Câmara em tribunal, querendo obrigá-la a emitir a licença mas o tribunal decidiu a favor da Câmara e obrigou o hotel a pagar as custas do processo.»

Isto não corresponde à verdade. Se, o que aqui está transcrito é o que foi alegado, é grave porque os técnicos da Câmara, a quem foi delegado o licenciamento deste processo, não

transmitiram a realidade à senhora presidente ou quais foram os documentos que nós entregámos; deturparam a verdade, destruíram documentos ou não transmitiram à senhora presidente a verdade dos factos.

Senhor presidente, queria lembrar que, no dia 26, fui convocado para uma reunião na Câmara Municipal. Sou madeirense e toda a gente sabe as dificuldades que tive para cá vir; abdiquei do convívio com a minha família mas estive cá no dia 26. Não vale a pena nomear quem esteve nessa reunião, penso que eram pessoas idóneas e ficou acordado que enviaríamos as telas finais por *e-mail* e posteriormente por correio em sistema informático.

Cheguei ao Funchal no dia 27 à noite; no dia 28, o arquiteto elaborou as telas finais, de acordo com a portaria 701-H e com a lei 26/2010. Essas telas finais estão em papel, rubricadas e assinadas, foram enviadas previamente por *e-mail* e depois por correio.

Quero entregar um documento a esta Assembleia e peço ao senhor presidente que o mesmo seja fotocopiado e entregue a todos os partidos aqui representados; esse documento contém a prova do que estou aqui a alegar.

Esse CD vinha também rubricado pelo arquiteto. A memória descritiva está de acordo com a portaria 701 e com a legislação, a respeito do que os promotores são obrigados a fazer quando entregam as telas finais.

Esse CD contém a matriz e a Câmara pode imprimir os desenhos no formato que quiser, e não apenas em A4 ou A3; pode imprimir de acordo com a matriz do CD. Essas telas finais correspondem exatamente ao que ali está construído e foram entregues na Câmara de acordo com o estipulado na reunião.

Mais tarde chegámos à conclusão de que, quando foi feita a vistoria, o técnico que veio em representação do Angra Sol ouviu alguém dizer que a Câmara não tinha meios para abrir ou mandar imprimir o CD. Nesse dia foram imediatamente enviados 6 conjuntos que estão no hotel a aguardar que o técnico que falou com o nosso dissesse qual a data oportuna para que fossem entregues na Câmara. Essas cópias em papel estão no hotel desde o dia da vistoria, se não me falha a memória, desde o dia 9.

Aquela não é uma obra clandestina porque resulta de um concurso internacional com um Caderno de Encargos elaborado pela Câmara em que houve um ganhador que nunca cumpriu minimamente com as condições do concurso.

Nem eu nem o meu grupo viemos para os Açores à procura de oportunidades; foi o Governo Regional e as Câmaras Municipais que promoveram uma missão empresarial, nos convidaram a vir cá e nos sensibilizaram para assumir aquele projeto; assumimo-lo, pagámos os terrenos à Câmara e acordámos as condições para que pudéssemos avançar com aquele empreendimento.

É verdade que acreditámos na palavra das pessoas, é verdade que há documentos escritos, é verdade que há um contrato com a Câmara e é também verdade que há acordos que não estão por escrito porque acreditámos na palavra das pessoas.

Há aqui uma verdade inquestionável! O primeiro projeto que a Câmara licenciou para arrancar com aquela obra violava o Caderno de Encargos, senhor presidente; violava o que consta nesse Caderno e faz parte da escritura que é o ónus do não fracionamento.

A Câmara aprovou inicialmente um projeto de um hotel e de um aparthotel e, no Caracol, há testemunhas e pessoas idóneas que o podem comprovar. Fui eu que descobri e disse: «*Este projeto viola os direitos; como é que o vão resolver?*»

O representante do Fernando Barata, o senhor Filipe Marchand (?), comprovou que o Fernando Barata pretendia vender as frações do aparthotel. A acontecer isto, estaria a ser

violado o Caderno de Encargos e as condições que a Câmara impôs para vender o terreno. Está aqui a escritura. Se alguém tiver dúvidas, penso que está nos documentos que entregámos, dos quais podem tirar fotocópias. O fracionamento não é possível...

Sr. presidente da Mesa: – Informo que o senhor já usou 8 minutos do seu tempo e não lhe posso conceder o tempo da sua mulher. Segundo a lei, o senhor dispõe de um tempo total de 10 minutos.

Munícipe Américo Gonçalves: – Se o senhor presidente acha que uma obra daquelas, o primeiro hotel de 5 estrelas, não merece que eu explique às pessoas o que se passa...

Sr. presidente da Mesa: – Sou cumpridor do que diz o regimento da Assembleia.

Munícipe Américo Gonçalves: – Senhor presidente, se toda a gente fosse cumpridora do que diz a lei, há muito que aquele hotel estaria licenciado.

Sr. presidente da Mesa: – Meu caro amigo. Eu sou cumpridor da lei, esta Assembleia também o é e o senhor dispõe de 10 minutos.

Munícipe Américo Gonçalves: – Com todo o respeito lhe digo que, o que está aqui em causa, são deturpações à forma que é interpretada pelos técnicos que foram delegados para fazerem aquele licenciamento e não estão a fazê-lo ao abrigo da legislação; não estão a cumprir a lei de que o senhor presidente diz ser cumpridor.

Senhor presidente, o que está em causa é um contrato de urbanismo assinado pela Câmara que não está a ser respeitado; esse contrato, que deveria ter merecido a aprovação desta Assembleia, é claro quando diz:

«Em conformidade com tudo supra exposto, em ordem à viabilização e licenciamento de todas as alterações de projeto constantes dos processos de licenciamento municipal 73 e 78», (que são os alvarás correspondentes aquela obra), «...são licenciados».

Esse contrato, ao contrário do que os técnicos vêm agora questionar... está aqui bem escrito: *«a execução do passeio é em betão C20/25 com 1,4 de largura e 0,8 de espessura».*

A questão do licenciamento não tem nada a ver com a descrição do Caderno de Encargos. O que está aqui escrito refere os materiais que a Câmara queria. Se a Câmara não queria estes materiais, não assinasse o contrato. Primeiro deveria ter pedido informações à DRAC para saber o que esta impunha.

Pode retirar-me a palavra, senhor presidente, mas há uma coisa que gostaria de lhe dizer...

Sr. presidente da Mesa: – Senhor Américo, não se trata de lhe retirar a palavra; trata-se de cumprir o regimento. Se o senhor quiser, tem todo o tempo para falar comigo noutra circunstância; aqui dispõe de 10 minutos e a sua mulher também está inscrita.

Munícipe Américo Gonçalves: – A minha esposa não está em condições de intervir nesta Assembleia. Gostaria de lhe dizer que o que se tem passado com aquele empreendimento, põe em causa a sua viabilidade e vários postos de trabalho. As obras que ali estão a ser feitas são uma autêntica vergonha.

A Câmara está muito preocupada com toda a legislação e segurança mas, se eu tiver um problema grave nas caldeiras, não há carro de bombeiros que lá possa ir. As caldeiras são a zona mais sensível de uma unidade hoteleira daquela dimensão e nós não conseguimos chegar lá.

Sr. presidente da Mesa: – Muito obrigado; acabou o seu tempo.

Munícipe Américo Gonçalves: – Só queria terminar, dizendo o seguinte...

Sr. presidente da Mesa: – Corte a palavra...

Munícipe Américo Gonçalves: – Posso entregar este documento? Gostaria que fosse entregue aos grupos parlamentares.

Sr. presidente da Mesa: – Pode entregar, sim senhor. Será entregue a todos os grupos parlamentares. Muito obrigado.

Sra. presidente da Câmara: – Boa noite a todos. Senhor presidente, obrigada por me ter dado a oportunidade de responder e esclarecer, atendendo às questões levantadas pelo senhor Américo. Mantenho tudo o que está escrito em ata que foi referido por ele; foi exatamente o que eu disse.

Acredito que o senhor Américo esteja angustiado neste momento, o que é natural, mas fez algumas insinuações graves, nomeadamente, que os técnicos talvez tivessem destruído documentos; é óbvio que os técnicos não destroem documentos. Essas situações não acontecem. Não estou lá para ver mas acredito que os técnicos são pessoas extremamente capazes.

Tomei muitas notas a respeito do que disse o senhor Américo mas vou tentar resumir a minha intervenção. O senhor Américo referiu que é madeirense mas quero que saiba que é muito bem-vindo à ilha Terceira. Gostamos muito de receber as pessoas, o seu contributo nesta terra é muito bem-vindo mas terá que cumprir a lei como qualquer outro cidadão. Todas as pessoas sentadas nesta mesa tiveram que licenciar as suas casas ou os seus empreendimentos baseados na mesma lei que o senhor é obrigado a cumprir.

O senhor Américo refere continuamente o contrato de urbanismo como se correspondesse a um cheque em branco. Vou ler o nº 4 da cláusula 2ª do contrato de urbanismo: *«A Angra Sol fica igualmente vinculada, quando legalmente necessário, à elaboração e licenciamento de todos os projetos técnicos necessários à concretização das obrigações e responsabilidades mencionadas no nº 1, incluindo os referentes à urbanização e infraestruturas gerais do arruamento paralelo à rua Ciprião de Figueiredo».*

A determinada altura o senhor Américo referiu que a decisão do tribunal não correspondia à verdade; deixe-me ler meia dúzia de linhas referentes a essa decisão do dia 17-12-2012: *«Sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada relativa à intimidação judicial para a prática do ato legalmente devido intentado pela Angra Sol contra o município de Angra.*

A intimidação foi rejeitada com os seguintes fundamentos: em primeiro lugar, por haver um uso ilegítimo dessa mesma figura; em segundo lugar, porque o município havia já praticado o ato no prazo para a resposta.

Ainda de acordo com esse acórdão, o requerimento apresentado pela Angra Sol, a solicitar autorização de utilização da edificação, não estava conforme as exigências legais, considerando que o pedido não se encontrava devidamente instruído. Mais acrescenta que, antes da obtenção da autorização de utilização de abertura ao público, é ilegal.»

O senhor tem toda a razão! A Câmara tem falhado consecutivamente mas no sentido oposto. A Câmara tem apoiado e acarinhado todas as situações irregulares deste empreendimento. Percebemos que não foi um processo fácil, mas costumamos dizer que o que nasce torto tarde ou nunca se endireita. Estamos certos de que este processo se endireitará mas está a ser difícil.

O senhor veio aqui levantar uma série de questões, mas é importante que as pessoas percebam o que se está a passar. Não acompanhei todo o processo anterior mas vou referir o que tenho acompanhado.

A 10-10-2011 foram solicitados projetos de especialidades referentes às alterações introduzidas.

A 29 de maio apresentou um aditamento ao projeto de estabilidade incompleto sem os restantes projetos de especialidade solicitados. É óbvio que os documentos não foram destruídos nem eliminados por ninguém.

No dia 13-06-2012 foram apresentados projetos de infraestruturas de águas e esgotos, telecomunicações e iluminação pública, faltando os restantes.

No dia 22 de junho, houve um pedido de autorização de utilização que foi rejeitado liminarmente por despacho do chefe de divisão; o pedido foi rejeitado porque a obra não se poderia considerar concluída, uma vez que não fora ainda terminado o procedimento relativo ao último aditamento dos projetos, não havendo conseqüentemente a respetiva aprovação da alteração à licença.

O alvará de licença de construção tinha como prazo de execução da obra, após prorrogação, o dia 12-09-2010, declarando os autores dos projetos que a obra se encontraria concluída desde 21-06-2012, o que configurava uma execução de obras sem a respetiva licença.

Sem prejuízo dos pontos anteriores, os elementos apresentados não eram os suficientes para esse procedimento. O requerente foi notificado para apresentar os elementos anteriormente solicitados.

No dia 08-12 houve a apresentação do livro da obra e da ficha de elementos estatísticos referentes ao pedido de autorização de utilização mas não foram apresentados os elementos solicitados para o andamento normal do processo.

No dia 14-11 foi apresentada uma exposição pelo requerente mas não foram apresentados os elementos solicitados para o andamento normal do processo.

No dia 17-12 recebeu-se a resposta do tribunal.

No dia 26-12 decorreu a reunião referida aqui pelo senhor Américo. Estiveram presentes nessa reunião: o senhor Américo, o Fernando Adriano, eu, o vice-presidente da Câmara, Dr. Hugo Rosa, a chefe de gabinete, Dra. Rosa, o Arq. Rogério Lourenço e 2 representantes da vice-presidência do Governo Regional, Dr. Ricardo Medeiros e Dra. Helena Monjardino.

Tentou-se explicar o que seria necessário para a conclusão do processo, falou-se nas telas finais, tal como o senhor Américo referiu, explicou-se que aquilo que estava em projeto não era igual ao que estava em obra e uma das duas situações teria que ser corrigida; ou se corrigia a obra em conformidade com o projeto que estava licenciado anteriormente, ou teria que ser corrigido o projeto e os aditamentos em conformidade com a obra.

Foram apresentados documentos incompletos que não eram telas finais nem refletiam o que tinha sido aprovado anteriormente no projeto. As telas finais são documentos apresentados em conformidade com o projeto licenciado mas, como o senhor sabe, eram divergentes.

Vou resumir. A 20 de dezembro foi solicitado pela mesma via que essas telas finais fossem apresentadas em formato físico, ou seja, em papel, o que não significa que a Câmara Municipal não tenha condições para abrir os projetos em formato digital; fazemos isso dia-a-dia mas é obrigatória a apresentação de um exemplar em papel.

No dia 4 de janeiro foram apresentados os originais do termo de responsabilidade do autor das telas finais do projeto de arquitetura e a memória descritiva do mesmo mas não foram apresentadas as peças desenhadas.

No dia 9 de abril, depois de alguma insistência por parte do senhor Américo, foi realizada uma vistoria. Várias pessoas falaram comigo sobre este assunto e eu alertei que uma vistoria não seria exatamente o ideal para resolver a situação de imediato porque, para além da Câmara, estariam presentes outras entidades que teriam oportunidade de constatar que as obras divergiam de todos os projetos entregues à Câmara e às respetivas entidades. Aconteceu

o que já se sabia: as entidades presentes pronunciaram-se e propuseram ao vereador com competência delegada, o encerramento do hotel, situação que é do seu conhecimento porque o senhor foi informado.

O que é que a Câmara fez mais uma vez? Não encerrou o hotel e voltou a referir o que seria necessário para resolver a situação. A comissão de vistorias fez uma segunda proposta para que a Câmara encerrasse o hotel mas a Câmara não o fez.

O senhor quer mais boa vontade do que esta? Isso é difícil! Estamos a assumir pessoalmente responsabilidades porque compreendemos que aquele espaço emprega pessoas e é importante para o concelho mas temos que cumprir e fazer cumprir a lei.

O que é que se verificou em vistoria? Verificou-se que o executado em obra estava em desacordo com o projeto; isto consta do relatório das diferentes entidades e não apenas da Câmara. O executado está em desacordo com o projeto e os aditamentos apresentados e aprovados, nomeadamente no que diz respeito à compartimentação interior, à localização de vãos interiores e exteriores, à localização de pilares, aos vãos de escadas interiores, etc.

A vistoria permitiu concluir que o executado em obra está de acordo com as ditas telas finais apresentadas, e mesmo assim só com as plantas, mas não com os cortes e alçados e nunca foram licenciadas de acordo com os termos legais em vigor.

Há mais um aspeto que gostaria de esclarecer: estamos numa zona classificada, o que quer dizer que os projetos têm que ser assinados por um arquiteto mas este não pode assinar todas as especialidades; assina um projeto de arquitetura e é responsável pelo projeto genérico.

Cada um dos técnicos abalizados assina a sua especialidade. O senhor Américo referiu que o técnico e o arquiteto assinaram o projeto; não questiono isso mas está incompleto. O arquiteto só pode assinar o que respeita a arquitetura. Não pode assinar documentos referentes às infraestruturas; não pode assinar mais nada...

Munícipe Américo Gonçalves (intervindo sem autorização do seu lugar reservado ao público): – O que a senhora está a dizer é mentira!

Sra. presidente da Câmara: – Senhor Américo, eu não o interrompi...

Munícipe Américo Gonçalves: – ... O tribunal ainda não nos condenou em nada! É mentira o que a senhora está a dizer! É MENTIRA!...

Sr. presidente da Mesa: – O senhor não pode manifestar-se. Faça o favor de sair da sala.

Sra. presidente da Câmara: – É a segunda vez que o senhor afirma que é mentira!

Sr. presidente da Mesa: – Faça o favor de sair da sala. O senhor já teve a sua oportunidade de falar.

Munícipe Américo Gonçalves: – ... Muito boa noite a todos. Desculpem se fazem favor. É mentira o que a senhora acabou de dizer!

O senhor Américo Gonçalves e a esposa abandonaram a sala, protestando em voz alta.

Sra. presidente da Câmara: – Posso continuar, senhor presidente?

Sr. presidente da Mesa: – Faça favor, senhora presidente.

Sra. presidente da Câmara: – Acho que é importante esclarecer esta Assembleia que qualquer pessoa pode chegar a esta sala e dizer que tudo o que aqui é dito é mentira. Se assim o entenderem, posso disponibilizar toda a documentação existente. Já agora, peço que

consultem os documentos facultados pelo senhor Américo que, provavelmente serão os mesmos que nos foram facultados; assim, terão a possibilidade de constatar que estão incompletos.

Tenho pena que este processo avance nestes termos mas não podemos, de maneira nenhuma, permitir que este hotel possua uma licença de utilização sem os respetivos termos de responsabilidade. A Câmara tem feito o que a lei obriga.

Munícipe Mário Toste: – Muito boa noite senhor presidente da Assembleia Municipal, Exma. Câmara, Exmos. membros da Assembleia e público presente.

Chamo-me Mário Toste, tenho 56 anos, nasci e criei-me na cidade de Angra, sou angrense de alma e nascimento e sou açoriano, 50% terceirense e 50% micalense com 500 anos de açorianismo de ambos os lados.

Sou médico há 31 anos; sou-o há 30 anos no hospital de Santo Espírito da ilha Terceira e estou aqui em nome do corpo clínico do hospital de Angra, sem médicos. Nomearam uma comissão de 4 médicos da qual faço parte para elaborar um documento de rejeição àquilo que chamam de «Proposta de Reestruturação do Sistema Regional de Saúde» que, para nós, não é mais do que um manifesto de intenções.

Estou aqui para alertar a Câmara e a Assembleia Municipal do perigo que é para os terceirenses e para metade dos açorianos do Grupo Central, a implementação de algo desta natureza.

Dividimos a questão em 2 partes. Quanto à elaboração do documento, o mesmo é de uma pobreza tal que, qualquer indivíduo médico que se apresentasse a um exame de especialidade com um documento daqueles a que chamamos currículo, não seria aceite.

O documento não tem autores; não se sabe se, quem o fez, tem capacidade para fazer o que está ali feito ou se tem interesses pessoais, profissionais, políticos ou económicos naquilo que propõe. Nenhum médico começa a falar em congresso algum, sem que antes faça a sua declaração de conflito de interesses, que é obrigatória.

O documento não tem o Parecer da Ordem dos Médicos, que já veio desmentir publicamente o senhor Secretário, dizendo que não tinha dado qualquer Parecer, não tinha sido consultada e tinha muitas dúvidas sobre o documento em causa. O que o senhor Secretário confundiu foi a opinião pessoal do senhor doutor Jorge Gomes que é um médico representante da Ordem dos Médicos de S. Miguel.

O documento pretende melhorar o sistema regional de saúde existente. Agora digam-me os senhores como é que se consegue melhorar seja o que for, sem se fazer um diagnóstico rigoroso do que é que está mal.

O documento não analisa absolutamente nada do que é a saúde neste momento na região, quais as patologias dominantes por ilha ou a perspectiva de crescimento dessas patologias.

O documento não assenta em nenhum estudo económico numa situação em que a saúde tem um buraco de mil milhões de euros nos Açores e cresce à razão de 100 milhões de euros por ano desde a criação da SAUDAÇOR e dos hospitais EPE.

Vem-se propor uma coisa que, só aos olhos do governo, poderá parecer que vai diminuir custos; pelo contrário, vai aumentá-los porque dificulta a acessibilidade e aumenta as deslocações dos doentes. Não há nenhum documento no qual se baseie nenhuma das propostas.

O documento aplica rácios, copiando os rácios de zonas de continuidade geográfica. Os rácios são dinâmicos e não são uniformes para todas as sociedades científicas. A sociedade científica americana tem rácios diferentes da europeia.

Este documento limitou-se a copiar o que se passava no Algarve e no Alentejo onde, se uma unidade fecha, uma ambulância consegue transportar um doente para outro lado em pouco tempo com um custo ínfimo; não se passa o mesmo quando um helicóptero tiver que transportar um doente das Flores para S. Miguel.

A ênfase dada aos rácios não é igual; eles existem para territórios contínuos e descontínuos e variam de acordo com as latitudes. Se assentássemos que os rácios eram assim tão importantes, o Corvo nunca tinha 2 deputados. Os rácios são importantes para uma coisa e já não o são para outra?

O documento usa os rácios como bem lhe apetece. Para criar um sistema de emergência em S. Jorge igual ao da Terceira, os rácios já não são importantes! O custo é o mesmo para servir 60 000 pessoas e para servir 9 000? O que dizem os rácios nesta situação? Os rácios são importantes para a proficiência que o senhor Secretário defende e a qualidade que pretende implementar.

Com 20 000 colonoscopias feitas, serei capaz de apresentar melhor performance do que um indivíduo que realizou 5 000, mas esse indivíduo sabe-as fazer tão bem quanto eu e o doente corre os mesmos riscos que corre comigo porque há números mínimos definidos pelos colégios de especialidade para que uma pessoa seja capacitada para fazer determinada técnica, o que é completamente esquecido aqui.

Na posição de membro da Câmara do Comércio da Mesa da Saúde, questionei o senhor Secretário sobre os critérios de qualidade porque o documento não os refere e ele disse-me que tinham sido tidos em conta os critérios de idoneidade da Ordem dos Médicos.

A Ordem dos Médicos tem idoneidade para formar pessoas mas não a tem para prestar cuidados de saúde. A idoneidade formativa não tem nada a ver com os cuidados de saúde, como o facto de se ter um serviço de urgência que funciona 24 horas por dia com todas as especialidades. Não há nenhuma especialidade que possa formar um interno que não tenha que ter a urgência a funcionar durante 24 horas em presença física como se passa com a pediatria ou com a cirurgia que vão deixar de existir com isto e por aí abaixo.

A proficiência e qualidade que o senhor Secretário quer implementar deve ser uma preocupação em todas as estruturas existentes; não deve fechar estruturas para as implementar noutra sítio, a pretexto de que as pessoas que lá estão têm que apresentar grandes números para saberem. As pessoas têm que ter uma curva de aprendizagem adequada, num centro adequado, com números adequados e um mínimo para poderem provar que sabem fazer.

É dada também uma ênfase extraordinária à telemedicina; isso é irreal. A telemedicina não serve para fazer consultas; serve para teleconferências, em que 2 médicos discutem entre si um caso clínico. A telemedicina não me permite apalpar uma barriga, auscultar um doente ou fazer um toque retal.

Uma consulta médica é uma entrevista clínica presencial. A telemedicina permite ver um raio X ou um eletrocardiograma mas não permite nenhum exame dinâmico ou uma ecografia. Quando os doentes vêm ter comigo, interessa-me ler o relatório e não me interessa ver a ecografia porque quem a fez é que vai à procura das coisas. Se eu não tiver dentes e tirar uma fotografia com a boca fechada, ninguém sabe que eu não tenho dentes.

A telemedicina não está legislada nem está normalizada a responsabilidade civil e criminal de cada médico. Nenhum médico vai arriscar nem fazer um diagnóstico ou medicar por telemedicina um doente que está a 600 quilómetros de distância porque as coisas podem correr mal; se algo correr mal, de quem é a responsabilidade?

Depois temos a rede de referência que é uma coisa dolorosa para qualquer pessoa que não seja de S. Miguel. A rede de referência de todo o arquipélago dos Açores faz-se: Flores/S.

Miguel, Pico/S. Miguel, Faial/S. Miguel, S. Jorge/S. Miguel, Graciosa/S. Miguel e Terceira/S. Miguel.

O senhor Secretário quer aumentar a eficiência dos médicos de S. Miguel? E os médicos da Terceira ou do Faial? O Faial perdeu o seu serviço de orologia porque o médico daquela ilha se reformou. Então, se temos aqui um serviço de orologia, se a ilha de S. Miguel tem metade da população açoriana e ele quer números, não seria lógico que os doentes viessem para a Terceira e não, para S. Miguel?

Eu já fiz clínica nas Flores, no Pico, em S. Jorge, na Graciosa, no Faial e aqui. Se estiver nas Flores neste momento e quiser mandar um doente para o hospital de Angra, não o posso fazer porque meto o doente numa maca, ele chega à Horta, é descarregado e fica 5 horas no aeroporto; se o mandar para S. Miguel, ele vai de enfiada! Quem é que quer vir para a Terceira nestas circunstâncias? Ninguém!

Temos ainda a coisa mais grave que acontece aqui: o Centro Hospitalar dos Açores. Criar um centro hospitalar nos Açores é acabar com os outros hospitais da região. Por definição, o C.H.A. retira autonomia administrativa e económica aos outros hospitais que dependem do referido centro hospitalar. O que é que se vai passar? O Centro Hospitalar dos Açores vai existir no hospital onde o senhor Secretário diz que há maior complexidade, que é o hospital de Ponta Delgada.

O Centro Hospitalar dos Açores vai ter um diretor do departamento de cirurgia que vai dirigir os serviços de cirurgia de todo o arquipélago; vai dirigir o serviço de cirurgia geral de S. Miguel, da Terceira e da Horta, o serviço de orologia de S. Miguel e da Terceira, o serviço de cirurgia vascular de S. Miguel e da Terceira, (se este não acabar, porque eles querem acabar com ele), o serviço de ortopedia de S. Miguel, da Terceira e do Faial, o serviço de otorrino, o de oftalmologia, e por aí fora.

Os diretores de todos estes serviços têm que sujeitar o seu plano de ação ao diretor do departamento em S. Miguel; o diretor do departamento em S. Miguel vai dizer o que se faz e o que não se faz e o orçamento depois é dividido e entregue ao diretor do departamento.

Para concluir, quer o diretor do Centro Hospitalar dos Açores, quer as especialidades dos hospitais que vão desaparecer, vão transformar os hospitais de Angra e da Horta em hospitais básicos.

Em 1999 eu era diretor clínico e o diretor do hospital era o doutor Alberto Rosa, um homem que considero ter sido a pessoa mais importante na decisão da construção de um novo hospital. Decidido que se iria construir um novo hospital, após um estudo que ele encomendou às construções hospitalares, fiz um projeto para que, quando aquele hospital estivesse pronto, ao fim de 10 anos, tivesse médicos e especialistas que pudessem desempenhar as suas funções.

Fui chamado à secretaria pelo senhor subsecretário, o doutor Vítor Carneiro, um anatomopatologista de S. Miguel que era quem tratava da saúde, (na altura o secretário era o doutor Álamo Meneses), foi-me dito na frente de toda a direção clínica dos meus Açores que não havia justificação para se abrir 30 vagas de especialidade em 3 anos e eu justifiquei com os documentos que tinha. Disse que não podia ser, porque, de futuro, os hospitais de Angra e da Horta teriam que ser hospitais básicos com 5 especialidades: medicina, cirurgia, obstetrícia, pediatria e anestesia e tudo o resto seria para acabar à medida que os médicos se fossem reformando.

Estou em posição de dizer que, o que está aqui é uma cabala na qual o senhor Secretário foi envolvido porque ele ainda não era médico quando ela já estava a ser organizada por grupos

de médicos e economistas de S. Miguel que pretendem asfixiar as outras ilhas e dominar, à semelhança do que têm feito com tudo nos Açores. Muito obrigado.

Aplausos na sala.

Município Arnaldo Ourique: – Muito boa noite, senhor presidente, Exma. Mesa, Câmara Municipal, senhores deputados e público em geral.

Penso que a Câmara vai apresentar uma proposta de aprovação de um novo brasão e do fundo de uma nova bandeira e estou aqui para dizer algo que os convença a não fazerem isso, não exatamente pelos elementos que constituem a nova ideia mas pela forma do processo.

Só hoje às 11 horas é que tomei conhecimento das coisas, incluindo o desenho, e fiz à pressa sobre a matéria um Parecer que entregarei aqui. Vou tentar explicar porque é que não devemos aprovar essa proposta.

Todos dizemos que o atual brasão é um pouco feio e foi o modelo que a ditadura originou mas ele contém algo positivo porque foi usado um processo legítimo e legal e o que estamos a fazer não é legítimo nem me parece bem legal.

Em 1939/40 todos os municípios possuíam os seus estandartes e bandeiras mas cada um tinha a sua casinha diferente. A determinada altura, o Estado, independentemente de ser ditatorial, decidiu que os municípios deviam ter uma carcaça mais ou menos igual para todos, contendo elementos diferentes consoante a respetiva localidade, um elemento considerado importante para a unidade nacional. No entanto, havia um aspeto negativo porque, na altura, em vez de ser a Câmara a decidir quais os seus símbolos, entrava em contacto com um grupo de trabalho, sobretudo com especialistas de heráldica, que os desenhavam e a coisa ficava aprovada. O que está mal é a aprovação central por via da lei mas eles têm essa legitimidade.

A lei de 1991, na qual nos baseamos para fazermos o brasão e a bandeira, é exatamente como antes, isto é, há uma carcaça, da qual não podemos fugir e depois há um conjunto de elementos que escolhemos com um heraldista que depois poderão ser aprovados através de um Parecer de uma comissão. As coisas eram aprovadas a nível estadual para todo o território nacional, enquanto agora essa aprovação cabe à Assembleia Municipal; o que está mal aqui é o processo.

Estamos a falar do brasão que não tem importância nenhuma comparado com uma matéria tão significativa como a saúde de que se falou há pouco, mas trata-se também de uma matéria fundamental. Há aqui uma certa pressa; os Pareceres do doutor Álvaro Monjardino são sempre bons mas há um que peca por não conter a parte processual.

O Parecer é obrigatório mas não é vinculativo e há ainda todo um conjunto de regras de participação democrática. Os senhores deputados municipais já repararam que um dia destes as pessoas vão ver o azul e branco nas ruas em vez do dourado e o vermelho? As pessoas não sabem isto, o que me parece uma coisa estranhíssima!

Embora eu esteja inteiramente de acordo que reconstituamos o brasão de D. Maria II, há no entanto 2 maneiras de o fazermos: ou o reconstituímos no seu todo e de uma vez por todas, consultando a comissão de heráldica que tem que nos dar o seu Parecer em 30 dias. Caso contrário, podemos aprová-lo em Assembleia Municipal ou alteramos o brasão, colocando símbolos de 1837 misturados com conteúdos da lei atual.

Por mais importância que tenham os Pareceres de 2 pessoas como o doutor Álvaro Monjardino e o doutor Jorge Forjaz, no meu entender penso que deveria haver uma comissão que os juntasse aos Pareceres de outras pessoas e fizesse um relatório completo, definitivo, com cabeça, tronco e membros para que, daqui a 100 anos, não digam de nós, aquilo que dizemos do que foi feito em 1939; em parte, até fizeram aquilo bem feito porque os

municípios têm toda uma estrutura que até nos agrada com uma matriz própria reconhecida em qualquer parte do mundo.

Penso que os Pareceres nos quais isto se baseia têm 2 erros essenciais: por um lado, há um Parecer que faz uma nota histórica e fala no aspeto do Estado mas não refere o aspeto jurídico, a centralidade, a unidade ou o esquema do município que é muito importante na história de Portugal e dos próprios municípios; por outro lado, há um outro Parecer que não refere que deveria haver uma comissão que atalhasse trabalho bem feito, uma coisa com cabeça, tronco e membros com a participação de algumas pessoas. Seria impossível a participação e opinião de toda a gente porque resultaria no descalabro total de «cada cabeça, cada sentença»; certas pessoas como eu poderiam participar nesta matéria.

Se o exagero nos estrangeirismos era um dos elementos negativos do século passado, o atual é muito monárquico e pouco republicano, vivendo nós numa república. Se quisermos adotar e reeditar o brasão antigo todo igual com uma coroa dourada, aqui e em mais lado nenhum, aí, sim, retratando 1580, 1640, a conquista liberal dos Açores, o liberalismo, o governo de Portugal, aí, sim; ninguém tem uma coroa dourada mas nós teríamos.

A comissão pode dizer que não mas o Parecer não é vinculativo; eles dizem que não mas nós podemos aprovar e eu aceito essa posição; agora, misturar o antigo com o novo sem contexto e à pressa por causa dos 30 anos da cidade de Angra como património da humanidade, não me parece justo para os angrenses.

Deixo o meu Parecer a esta Assembleia que foi escrito à velocidade da luz mas penso que contém o essencial. Muito obrigado a todos.

Sra. presidente da Câmara: – Vamos discutir este assunto um pouco mais adiante mas é importante referir 3 ou 4 aspetos. Isto está 100% de acordo com a lei que diz que compete às assembleias municipais, pronunciarem-se e deliberarem depois de ouvida a comissão de heráldica, da qual já temos o Parecer que solicitámos para que nos chegasse antes desta reunião da Assembleia Municipal. Esse Parecer não é vinculativo mas é favorável, apesar de sugerir algumas alterações.

A respeito do que foi dito sobre o facto de o atual brasão ser muito monárquico, deduzo que isso tenha a ver com o azul e branco mas essas cores têm a ver com a peça fundamental central do brasão, que é o escudo. Levantámos a questão da coroa dourada mas não a podemos usar porque a única cidade que a pode usar é a capital atual; Lisboa é a única cidade que possui essa coroa.

O senhor Dr. Arnaldo Ourique referiu que em 1939 fizeram aquilo bem feito; nessa data foi deliberado contra o Parecer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que foi contra as cores amarela e vermelha que foram impostas.

Munícipe Jorge Forjaz: – Senhor presidente, senhora Câmara, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite a todos.

Vinha aqui apenas para assistir a esta discussão que me pareceu muito interessante. Como o assunto foi colocado aqui pelo senhor Dr. Arnaldo Ourique no período dedicado ao público e o meu nome foi evocado, parece-me que algumas observações minhas terão alguma utilidade.

Até ao decreto de 1939 que reformulou a heráldica municipal, os municípios não possuíam nenhuma legislação que regulasse a sua heráldica; uns usavam, outros não, a maioria timbrava os seus selos com o simples brasão nacional e outros, porque tinham algumas lembranças locais, foram evocando um pássaro ou uma cruz de Cristo que aparece um pouco por toda a parte fora do território continental porque foi a Ordem de Cristo que foi explorando o território das descobertas.

Ainda hoje encontrei 2 decretos de 1897 relativos a Moçâmedes e a Lourenço Marques que lhes atribuem brasões que, entretanto, também já foram alterados nos termos dessa nova lei dos anos 30 que veio ao encontro desta teoria do Estado Novo de um Portugal regular e igual desde o Corvo a Timor. Essa lei estipulava que, a partir daí, os municípios que não possuíam brasão deveriam fazê-lo segundo determinadas regras da heráldica que entendiam como sendo as corretas.

Na época havia um heraldista muito conhecido chamado Afonso de Ornelas, que percebia muito de heráldica, desenhava muito bem e desenhou os primeiros brasões que se conhecem em Portugal dessa época. Ficou então a aguardar-se que cada município tomasse a iniciativa de pedir o brasão para o seu município. Acontece que a cidade de Angra, numa situação completamente diferente das outras cidades portuguesas, tinha aquilo a que se chamava uma verdadeira carta de armas.

Houve uma carta régia assinada por D. Maria II na sequência das lutas liberais vencidas pelo movimento liberal com o apoio decidido da ilha Terceira e da cidade de Angra que, nessa altura, ainda não se chamava «*do Heroísmo*».

Depois dessa vitória liberal, o nosso grande escritor e poeta Almeida Garrett, nascido no Porto mas com metade do sangue açoriano e uma particular devoção pela cidade de Angra, dizia: «*a minha alma e o meu sangue estão na cidade de Angra*».

Almeida Garrett teve uma enorme ligação à Terceira. Viveu na rua de S. João numa casa que contém uma placa e em S. Carlos na casa que era do engenheiro António Carvão. Aquela casa pertenceu-lhe e foi vendida pela sua viúva.

Almeida Garrett ficou encarregado de escrever os decretos que concederam a torre e espada e a alteração dos nomes à cidade de Angra e à cidade do Porto, as 2 grandes cidades com intervenção nas lutas liberais; Angra onde tudo começa, o Porto onde tudo acaba, pelo menos na primeira fase, porque, depois, deu-se a conquista do território nacional a partir dali.

Almeida Garrett fez questão de dizer que Angra tinha que ter uma data anterior ao Porto porque está em primeiro lugar; é assim que temos o nosso decreto de 1937 com a data de 2 ou 3 dias anteriores que atribuí à cidade de Angra o nome «*do Heroísmo*».

Já ouvi algumas teses que diziam que se devia retirar esse nome. Apareceu num tempo, que penso ultrapassado, a ideia de que deveria aparecer em certos papéis timbrados o nome de «*Angra*» em letra mais forte e «*do Heroísmo*» em letra mais reduzida, como se de um subtítulo menos importante se tratasse; mas o nome «*do Heroísmo*» é justamente o mais importante nisto tudo.

A «*mui nobre, leal*», que a cidade já tinha, acrescentou-se o «*e sempre constante*». Acrescentou-se ainda a torre e espada porque é a única cidade portuguesa que tem o colar da torre e espada. Depois, houve grandes movimentos monárquicos contra a implantação da república e algumas cidades como Chaves e outras do norte do país que defenderam a república, receberam a torre e espada mas nada que se compare com o que se passou na cidade de Angra que foi a única que recebeu a torre espada e um brasão esquartelado que hoje já não se usa porque, segundo as novas regras da heráldica municipal, o brasão deve ser uma peça inteira com um escudo que contenha um único símbolo; o brasão não deve ser dividido em 4 partes. Se repararem, há para aí algumas casas que têm nas fachadas uns brasões esquartelados, ou seja, divididos em 4 partes.

O nosso brasão de 1837 tem um esquartelado; no primeiro existe um braço armado, o segundo contém um pássaro, que seria um açor, no terceiro existe outro braço armado e o quarto contém outro pássaro. Por cima daquilo tudo há um escudete das armas nacionais com as cores azul e prata.

A Câmara tenciona retomar o brasão antigo tal como ele foi concedido. Porque é que temos este brasão atual? Porque, infelizmente, nos anos 40, o doutor Côrte-real e Amaral, como presidente da Câmara, (um historiador que foi meu professor, por quem eu tinha a maior consideração e de quem fui muito amigo), como era um homem do regime e muito acomodado às coisas, pediu à comissão nacional que fizesse aprovar um novo brasão para a cidade de Angra para que este ficasse de acordo com a nova legislação. Se a Câmara não tivesse pedido isso, hoje não estaríamos aqui a discutir este assunto e teríamos ainda o brasão de 1837 como tem a Câmara Municipal da Horta que nunca pediu um novo brasão nos termos da legislação de 1930, ficando com o brasão do séc. XIX com um busto alusivo a D. Pedro IV quando este esteve na Horta. Esse brasão não tem coroa mural em cima; tem uma coroa com florões e um esquadrelado que hoje é proibido.

Estamos aqui a discutir o retomar de um brasão e de uma bandeira que, pelo menos de acordo com a opinião de alguns, nunca deveriam ter sido abandonados, porque representam o justo e talvez o bem pequeno prémio, (porque foi o único), que Angra teve pela sua intervenção nas lutas liberais.

Está-se sempre a falar da democracia, do liberalismo, da vitória liberal, das forças liberais, do D. Pedro IV e tudo isto se deve à cidade de Angra. Aquele brasão é o retrato final com um texto redigido por Almeida Garrett.

Bom, vamos pegar agora naquele brasão, retirar-lhe um pouco dali, um pouco de acolá, acrescentar isto e retirar aquilo para o pormos mais de acordo com a lei ou com o gosto de cada um; nem sequer quero saber se o brasão é bonito ou feio, nem estamos aqui a discutir se ele é mais bonito mais feio do que o atual que a Câmara usa que até nem é feio; não é isso que está em causa.

O legislador dos anos 40 evocou que a bandeira azul e branca era monárquica; toliçada! Toliçada! A bandeira azul e branca é portuguesa e as bandeiras monárquicas não se definem pela cor, mas sim, por uma coroa real.

Quando se fez um referendo e a república foi aprovada em Itália, a seguir à II guerra mundial, a coroa foi retirada da bandeira que é exatamente a mesma.

Aquando a implantação da república em Portugal houve grande discussão sobre a aprovação das cores verde e vermelha na bandeira do partido republicano e se deveria manter-se a bandeira azul e branca dos liberais que, em território nacional, tinha sido levantada pela primeira vez em Angra do Heroísmo.

Temos aqui na Câmara Municipal uma bandeira que foi bordada pela mão da rainha D. Maria II para oferecer à Câmara de Angra; foi a primeira câmara portuguesa a ter uma bandeira azul e branca. Esta não é a bandeira da monarquia; é a bandeira do liberalismo!

Se vamos pensar que o azul e branco é a bandeira da monarquia, o primeiro pecado mortal é a própria região autónoma dos Açores que também tem uma bandeira azul e branca. Porquê? Porque a primeira bandeira azul e branca foi usada nos primeiros movimentos autonómicos nos finais do séc. XIX e a região autónoma (e muito bem), recuperou essa bandeira.

Os homens dos anos 40 entendiam que era uma bandeira monárquica e colocaram o vermelho e o amarelo, não imaginando que estavam a escolher as cores de Espanha que invadiu Portugal em 1580, governou até 1640 e teve mão duríssima sobre o povo terceirense em particular.

Lembraram-se de pôr uma torre no brasão atual de Angra, segundo diz a legislação de 1940, a representar o belíssimo castelo de S. João Batista que hoje orna a cidade de Angra. Temos muito orgulho naquele castelo mas foi construído com o sangue, suor e lágrimas dos angrenses por força da mão pesada dos castelhanos que os usaram como escravos.

Não será muito melhor termos uma representação de um braço armado com a espada da vitória do liberalismo, do que um castelinho que representa o castelo dos espanhóis? Não será muito melhor termos a bandeira azul e branca que representa o liberalismo, do que a vermelha e amarela com as cores de Espanha?

É evidente que estamos habituados ao vermelho e amarelo mas, em 1940, tivemos que nos habituar a essas cores quando, até então, tínhamos o azul e branco; a diferença é que não tínhamos tantas bandeirinhas na cidade como temos agora e as cores invadem o nosso quotidiano.

Talvez nos faça alguma impressão a mudança da cor mas isso passa em 15 dias porque as pessoas adaptam-se a tudo. Se nos adaptámos às mudanças que o sismo implicou nas nossas vidas, as cores da bandeira serão o menor dos problemas que poderemos ter.

Vim simplesmente aqui responder ao senhor Dr. Arnaldo Ourique que demonstrou o interesse empenhado de um munícipe que também pensa e gosta destas coisas, porque me pareceu importante deitar alguma água na fervura, esclarecer alguns pontos e desdramatizar tudo isto. Ou se volta ao brasão antigo ou não se volta mas os remendos parecem-me contra todas as regras.

Estarei disponível para participar em qualquer comissão mas desde que seja composta por pessoas que falem exatamente a mesma linguagem que eu. Uma comissão de heráldica é o mesmo que uma comissão de médicos, composta pelo senhor doutor Mário Toste mas depois não se pode convidar qualquer pessoa para dar opiniões; não se podem fazer comissões assim. Muito obrigado.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. José Cipriano Sousa Martins: – Muito boa noite a todos. Exmo. senhor presidente da Assembleia: desde já agradeço a escolha para realizar esta reunião da Assembleia Municipal nas Cinco Ribeiras.

Em nome de todos os cincoribeirenses, saúdo e agradeço a vossa presença. As Cinco Ribeiras são conhecidas pela fábrica do queijo Vaquinha, pelo parque de campismo e pela zona balnear mas são tudo isto e muito mais.

Fiz um levantamento de atividades agrícolas da nossa freguesia do ano 2012 e passo a referir um pequeno resumo que nos mostra o seguinte: de acordo com um levantamento que foi feito, temos uma zona agrícola cultivada de mais de 1 000 alqueires de terra que alimenta 2 140 vacas leiteiras e produz cerca de 6 Milhões de litros de leite mais 595 vacas de carne, somando um total de 2 740 animais que todos os dias têm que ser tratados, quer chova, quer faça sol.

Grande parte desta produção de leite e de carne é para exportação. É uma atividade que sustenta a nossa economia, muitas vezes não é devidamente valorizada e muitos desconhecem. Talvez não saibam mas a freguesia das Cinco Ribeiras possui a maior produção agrícola desde Angra até aos Altares.

A freguesia tem lutado para que os lavradores sejam reconhecidos e respeitados pelo seu trabalho porque, muitas vezes, não têm os meios que os agricultores de outros países têm para desenvolverem as suas atividades e para competirem com os produtores desses países. Os nossos produtos concorrem com os produtos dos agricultores de outros países que possuem melhores meios e são apoiados de outra maneira.

Tenho a certeza que muita gente que aqui está já não conhece as vacas e apenas as vê de vez em quando mas há muita gente a trabalhar e a produzir para que esta terra se vá desenvolvendo. Esta área pode produzir ainda mais e empregar mais pessoas desde que haja vontade de trabalhar. Obrigado por me terem ouvido.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Muito boa noite senhor presidente. Exma. Câmara, caros colegas. Volto a repetir a minha pergunta da praxe. Pergunto à senhora presidente se a comissão de trânsito e o Governo Regional deram algum passo para se encontrar uma solução para o trânsito entre a escola Tomás de Borba e a mercearia de S. Carlos. Gostaria de saber se há algum desenvolvimento nesse processo para se resolver aquela questão.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Boa noite senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhoras deputados e Exmo. público.

Agradeço a receção da Junta de Freguesia e da Casa do Povo das Cinco Ribeiras. Quero aproveitar a oportunidade para lembrar um homem desta freguesia, o João Furtado, que foi um autarca exemplar. Recordo que o seu maior partido não era o PSD mas sim as Cinco Ribeiras. O João Furtado foi uma das primeiras vozes que se levantaram contra um governo da sua cor partidária para exigir o que achava devido a esta freguesia.

Aprendi muito com o João Furtado e todos nos lembramos das suas intervenções na Assembleia Municipal na defesa da sua terra. Na pessoa do senhor presidente, deixamos aqui esta homenagem a todos os autarcas das Cinco Ribeiras, em especial ao nosso amigo João Furtado que muito lutou por esta freguesia.

O nosso colega Luís Rendeiro não se encontra cá hoje mas, a ver pela intervenção do senhor Américo Gonçalves, parece que disse a verdade a respeito do hotel Angra Marina de acordo com o que consta da ata porque, afinal, parece que há aqui contradições.

Através da documentação referida pela senhora presidente da Câmara, vamos ter a oportunidade de ver quem, afinal está a falar verdade. Estou aqui em defesa da honra do deputado Luís Rendeiro porque, afinal, ele teve razão naquilo que disse.

Sem censurar seja quem for, espero que isto sirva de lição para todos nós; nenhuma entidade, (sejam os senhores presidentes de junta, a senhora presidente da Câmara, os senhores diretores regionais ou senhor presidente do governo), deveria inaugurar uma obra sem que a mesma se encontrasse licenciada; os dirigentes máximos dos nossos órgãos não podem participar nessas inaugurações sem que as obras cumpram os requisitos da lei ou não possuam documentação que comprove a sua legalização.

Também ouvimos muito atentamente o que disse o senhor Dr. Mário Toste; foi uma intervenção muito bem fundamentada e subscrevemos por inteiro toda a sua argumentação.

Quanto às intervenções do Dr. Arnaldo Ourique e do Dr. Jorge Forjaz, penso que a Assembleia Municipal estará munida do Parecer referido pela senhora presidente da Câmara para avançar com a votação e tomar a decisão adequada.

Porque já estamos praticamente em final e mandato, queria aproveitar para referir que as obras em curso em Angra estão praticamente paradas; estou a lembrar-me, por exemplo, das obras da feira do gado, cujo lançamento foi anunciado em junho de 2010 pelo senhor presidente do governo na companhia da anterior presidente da Câmara.

Em dezembro de 2011 foi anunciado que seria um grande investimento de cerca de 14 000 000€ para a Terceira e a obra estaria concluída dentro de 18 meses. Passaram 3 anos e a primeira fase, nem vê-la; uma simples feira semanal, que bastante falta faz à população angrense, está ainda por inaugurar.

Apesar de reconhecermos alguns sinais da crise, a obra da estufa é outro exemplo que espelha bem a situação de marasmo em que se encontra o nosso concelho.

No que toca às obras de requalificação das calçadas de Angra, finalmente concluiu-se a reposição da calçada da rua do Marquês; entretanto há algum consenso de que, afinal, não terá sido a melhor solução técnica para as calçadas da nossa cidade.

Com todas estas paragens e interrupções nas obras, a cidade de Angra parece um estaleiro das obras se Santa Engrácia. Oxalá as obras retomem o seu normal andamento no próximo mandato.

Faço aqui um reparo conta o Partido Socialista que apoiou este elenco camarário. Tendo em conta as promessas feitas em 2009 no programa sujeito a sufrágio, a esta altura deveríamos estar a inaugurar o polo de excelência, o parque tecnológico, o novo parque de exposições, o centro interpretativo de Angra, a ampliação do jardim público, a chamada zona verde, as requalificações do Fanal e da marginal de Angra, um parque de campismo, um cais de cruzeiros e um terminal de passageiros no Porto das Pipas.

Teríamos o apoio às novas unidades hoteleiras, o alargamento da rede de cuidados de saúde, a criação de centros de noite para idosos no concelho, o mercado municipal, etc., obras que foram prometidas aos angrenses pelo PS mas não existem após 4 anos.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Boa noite senhor presidente da Assembleia, Exma. Câmara, senhores deputados e caríssimo público. Começo por agradecer ao Dr. Mário Toste pela sua brilhante intervenção.

Quanto à comparação que o Dr. Jorge Forjaz fez a respeito dos espanhóis em relação aos terceirenses, gostaria de dizer que os micaelenses são piores do que os espanhóis porque nos querem pôr a construir castelos, bibliotecas e outras coisas e, infelizmente temos que levar com eles em cima.

Agradeço também a receção do senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras porque é agradável para qualquer pessoa participar numa reunião da Assembleia Municipal nesta freguesia.

Senhor presidente da Junta, gostaria de me manifestar contra as suas ideias, nomeadamente contra o parque de campismo porque passei lá hoje e não vi ninguém a acampar; não sei o que se passa ou se ficou algum problema por resolver. Aquele parque era apetecível, agora está sem ninguém, por isso, agradeço-lhe qualquer explicação que nos possa dar.

Não sei se está aqui algum representante da Serreta mas gostaria de lembrar que, há 4 anos, o CDS-PP propôs a criação de um parque de campismo naquela freguesia; lembro que estava em causa a atribuição de uns terrenos. Não sei se esses terrenos já foram atribuídos mas parece-me que, afinal, não haverá terrenos nem parque de campismo.

Ainda em relação aos parques de campismo, queria lamentar o que se passa nos Salgueiros. A Câmara Municipal propôs-se arranjar aquele parque mas, o que se vê hoje ali, é um gueto que desvirtua aquela freguesia. Não sei se o senhor representante da Junta de Freguesia de S. Sebastião fica agradado com o que ali se passa ou se já interveio junto da Câmara Municipal para acabar com aquele gueto.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Desejo uma boa noite ao senhor presidente da Assembleia, à senhora presidente da Câmara e respetivo elenco camarário e aos caros colegas deputados.

Vou começar por uma pequeníssima questão que já coloquei por 2 vezes à senhora presidente da Câmara. Sei que não é da sua competência mas pedia a caridade às entidades competentes que, por favor, não se esqueçam que o hospital de Angra existe, apesar da eventual reforma do

sistema regional de saúde. Acontece que continuamos sem a placa indicadora do hospital do lado de quem vem de Santa Luzia em direção à antiga CARNAÇOR; quem vira à direita não sabe para onde vai.

Apesar de se tratar de uma questão menor, gostaríamos de a ver resolvida porque não deixa de ser uma caricatura; do lado de lá existe uma indicação para quem entra mas essa indicação não existe do lado de cá; se calhar, o lado de lá é para alfabetos e o de cá para analfabetos. Sinto-me ofendido porque venho sempre do lado de cá e, se calhar, estou no clube dos analfabetos.

Confesso que fiquei constrangido e até envergonhado pelo espetáculo que assistimos aqui proporcionado por um cidadão que, sentindo-se supostamente muito prejudicado pelas burocracias e pelos trâmites da lei, veio para os jornais e para a Assembleia Municipal de Angra queixar-se da inoperância, da incompetência e até da má-fé de toda a administração, esquecendo-se que a construção de um edifício daquela dimensão não se confina aos poderes camarários, passando também pela administração e legislação regionais e da república.

É lamentável que tenhamos assistido a este triste espetáculo. Não ficámos muito esclarecidos porque há aqui posições divergentes e não conhecemos os dossiês, as démarches efetuadas nem a fundamentação jurídica que estará por base da queixa do cidadão e ouvimos a senhora presidente ripostar, (na medida do possível), em nome da Câmara.

É triste que isto tenha acontecido. Politicamente é muito lamentável que se proceda à inauguração de um edifício público-privado sem que, nos termos da lei, o mesmo esteja a funcionar em pleno e nos termos que a lei determina. Isso é absolutamente escandaloso e confrangedor, fica mal e ainda bem que se salva a honra do convento, porque a inauguração não legitimou as ilegalidades; foi um ato simpático e de vontade política que felizmente foi sanado pela execução da lei que não deu cobertura a todo este processo um pouco nebuloso.

A participação do meu ilustre ex-aluno e brilhante jurista Arnaldo Ourique despertou-me a atenção para o pormenor da heráldica. Não me pareceu suficientemente relevante para arrepiarmos caminho para esse assunto, mas já falaremos sobre isso.

Sra. presidente da Câmara: – Agradeço ao senhor José Cipriano, representante da freguesia, por nos receber aqui nas Cinco Ribeiras. A exposição que fez hoje é semelhante à que teve a amabilidade de fazer quando viemos cá em reunião de Câmara, que ficou devidamente reportada na altura.

Em resposta à questão colocada pela senhora deputada Rita Andrade, não há nenhuma alteração em relação ao que foi comunicado na última reunião da Assembleia Municipal; mantêm-se todas as decisões sem qualquer alteração.

Associo-me à homenagem ao senhor João Furtado referida pelo senhor deputado Guilherme Melo porque trabalhei com ele no anterior elenco camarário e sei que punha os interesses da sua freguesia acima de tudo; conheci bem o senhor João Furtado e sempre me dei bem com ele.

Quanto ao que foi referido a respeito da inauguração da obra sem estar legalizada, esclareço que fui convidada apesar de não ter sido uma ação desenvolvida pela Câmara. Embora tenha tido as minhas dúvidas na altura, acabei por ir à inauguração; se fosse hoje, se calhar, a minha decisão teria sido diferente, unicamente por este cenário degradante e desnecessário, tal como o professor o referiu e não pela inauguração em si.

Penso que têm consciência da quantidade de edifícios e espaços que estão abertos em Angra sem a respetiva licença definitiva. Esses espaços recebem uma licença provisória, estão em processo de licenciamento e nós frequentamo-los todos os dias.

Quanto à intervenção do Dr. Mário Toste, já tive o gosto de reunir com ele sobre este assunto da saúde por 2 vezes, uma relacionada com a comissão de saúde da Câmara do Comércio, outra juntamente com mais 2 pessoas como representante dos médicos do hospital. Já tivemos a oportunidade de nos pronunciarmos por unanimidade em reunião de Câmara contra este documento que não nos serve.

Respondendo agora ao senhor deputado Guilherme Melo sobre as obras na cidade de Angra, não me vou pronunciar em relação às obras da responsabilidade do governo que foram aqui apontadas por razões partidárias, referindo-me apenas às obras da responsabilidade da Câmara.

O senhor deputado referiu-se às obras da estufa e da calçada, sobre as quais, como sabe, a Câmara não tem responsabilidade direta; resultam de um contexto nacional porque os empreiteiros não conseguiram terminar as obras e a Câmara sempre pagou tudo a tempo e horas. Contrariamente a outros, o nosso município tem as suas obras pagas porque só faz aquilo que pode e vai pagando.

Estamos a falar de uma situação que se vive em todo o país e abrange municípios de todas as cores políticas. Vivemos um momento em que os empreiteiros e os fornecedores vivem sérias dificuldades mas este município só requisita os serviços desde que tenha a capacidade para os pagar.

A partir de 1 de maio passaremos a pagar a 30 dias e a partir de 1 de junho pagaremos praticamente a pronto. Temos obras paradas, o que nunca acontece por responsabilidade do município; tem acontecido porque, infelizmente, os empreiteiros não têm tido a capacidade de se aguentarem.

Quanto à retoma do bom andamento da obra no próximo mandato, para mim é irrelevante quem está a exercer estas funções; o que me interessa é que as pessoas tenham a capacidade de trabalhar, pagar as suas dívidas e o município de Angra tem feito um enorme esforço nesse sentido.

Em resposta ao senhor deputado José Alberto Borges, tenho a ressaltar que o parque de campismo das Cinco Ribeiras é da responsabilidade do município e não da Junta de Freguesia. Já tive a oportunidade de esclarecer aqui que houve um litígio entre a Câmara e o responsável pelo parque que explorou aquele espaço e nunca entregou qualquer verba ao município que o pôs em tribunal. Infelizmente, quando estas coisas acontecem, não temos autonomia para pôr o proprietário na rua.

O tribunal decidiu a nosso favor, deu um prazo para essa pessoa sair e os advogados estão a finalizar o processo que se arrastou por demasiado tempo por razões burocráticas. Logo que a situação esteja resolvida, poderemos reativar aquele parque de campismo, que é muito procurado.

Em relação ao que foi referido a respeito do parque de campismo dos Salgueiros, apesar de reconhecermos que é uma situação desagradável, lembro que se trata de um parque de campismo selvagem ao pé de uma estrada regional.

Apesar de sabermos que poderíamos facilmente acabar com aquilo, o local é muito frequentado durante vários meses. Gostaríamos de resolver aquela situação e até já falámos na criação de um parque de campismo naquela zona porque concordo que, o que se passa ali não é o ideal.

Quanto ao referido pelo senhor deputado Manuel Conde a respeito da sinalização do hospital novo, sempre que este tipo de situações nos é reportado, enviamos ofício às entidades competentes. Não lhe posso garantir se já obtivemos resposta mas vou inteirar-me do assunto.

Quanto ao espetáculo lamentável relacionado com a intervenção do senhor Américo Gonçalves, tal como o senhor deputado Manuel Conde referiu, houve afirmações divergentes de parte a parte. É óbvio que fico satisfeita se confiarem na minha palavra mas é mais do que legítimo que também ouçam a outra parte; por isso, vou preparar um dossiê para que possam ficar mais esclarecidos, sabendo de antemão que tenho a pronúncia do tribunal que é um órgão idóneo.

Para nós e para o município é extremamente desagradável que o senhor Américo venha continuamente a público fazer aquelas afirmações. Não me quero alongar mais porque ele já cá não está, independentemente da forma como saiu. Vou facultar-vos toda a informação porque é muito desconfortável que alguém possa duvidar de nós.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Muito boa noite, senhor presidente, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Começo por agradecer ao senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras por nos receber aqui e pelo gosto e o privilégio que temos em realizar esta reunião da Assembleia Municipal fora do centro do concelho, um motivo de grande satisfação para todos nós.

Agradeço também as excelentes intervenções de 3 elementos do público presente e aos restantes, o interesse demonstrado pela sua participação nesta reunião porque, infelizmente, não temos tido frequentemente o prazer da participação de habitantes do nosso concelho, ativos e empenhados em manifestarem as suas opiniões; os assuntos há pouco abordados pelos elementos do público farão parte da nossa agenda lá mais adiante.

Em relação à intervenção do senhor Américo Gonçalves, gostaria de dizer que este processo começou algures entre 1997 e 2001 com a aprovação do Plano de Salvaguarda da baía de Angra do Heroísmo. Nesse tempo eu era membro da Assembleia Municipal e posso afirmar que o CDS-PP foi o único partido na altura que não votou favoravelmente esse plano de salvaguarda que, além da marina e a intervenção feita nos «Côrte-real», incluía ainda um conjunto de projetos de construção habitacional e de comércio para a zona dos celeiros e dos combustíveis.

Esses projetos, que incluíam a obra do hotel do Canta Galo, talvez fossem demasiado ambiciosos e desadequados à previsão de crescimento da população. Se bem me recordo, devo ter deitado fora os documentos, porque não os encontrei durante estas semanas de preparação antes de vir para esta reunião da Assembleia Municipal.

O projeto inicial que foi aprovado pela Assembleia Municipal, não previa uma volumetria tão elevada acima da quota do terreno atrás do hotel nem previa que o hotel abrangesse também as casas por detrás, até porque havia preocupações das populações do Corpo Santo contra o monumento do António Dacosta, porque a dada altura esteve lá uma parede que lhes tirava visibilidade à baía. Ficámos espantados quando vimos a consolidação e o crescimento do hotel acima das quotas que já eram contestadas na altura.

Acredito que terão existido alterações ao projeto, que tenham sido assumidas, quer pela Câmara, quer pelo próprio promotor mas parece-nos haver aqui uma espécie de um impasse em que há uma resistência em relação ao cumprimento de algumas normas.

Pelo que me tenho apercebido, a Câmara tem tentado chegar a bom porto com este assunto porque o empreendimento existe e precisa de ser legalizado para poder operar e tornar-se num investimento rentável para o concelho.

Além dos documentos que a senhora presidente da Câmara nos apresentará, talvez nos possa ajudar a perceber um pouco os trâmites de todo este processo, especialmente as questões alegadas pelo empresário que justifiquem a sua resistência ao cumprimento de alguns requisitos legais mínimos.

A Câmara tem feito algumas cedências, tem tentado chegar a algum entendimento e tem assumido uma postura colaborante em termos de diálogo? Faço esta pergunta com a máxima franqueza, tendo em conta que não votei a favor daquele projeto e, quanto a mim, o melhor é que nunca tivesse nascido.

Na altura em que o projeto foi aprovado não existia o depósito de gás à vista ao lado em cores bem garridas da marca de gás; o que visionámos virtualmente era um pouco diferente do que lá vemos. Gostaria de saber porque é que as coisas chegaram a este ponto.

Sra. presidente da Câmara: – O que me impressiona é que as «grande questões» não são assim tão grandes porque é tudo tão fácil de resolver; basta que o senhor Américo licencie o que já lhe foi indicado.

Há aspetos que têm que ser corrigidos e são muito fáceis de resolver. O projeto tem que estar em consonância com a obra e, para tal, basta que uma equipa de projetistas faça equiparar as 2 coisas. Não podemos licenciar um projeto que não tem nada a ver com o que foi construído. É muito simples; basta entregar um aditamento em consonância com o que ali está, com os termos de responsabilidade dos técnicos e os respetivos projetos de especialidade.

Não sei se há dificuldades em arranjar técnicos que se queiram responsabilizar ou se existe outro motivo qualquer mas já disse ao senhor Américo que tudo isto é fácil demais e não há necessidade de deixar que o processo se arraste com tanta argumentação e recusa na entrega dos documentos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Significa que, se o projeto for entregue, a Câmara está a disposta a licenciá-lo de acordo com a obra que está feita?

Sra. presidente da Câmara: – Mediante a consulta e o Parecer favorável das diferentes entidades, como é óbvio. Há pormenores que têm que ser corrigidos mas não são estruturais nem há a necessidade de destruir o hotel; o que nos impressiona é que é tudo fácil demais de resolver!

Tudo isto já foi transmitido ao senhor Américo. Na dita reunião do dia 26 de dezembro dissemos-lhe que entregasse os documentos que vieram assinados pelo arquiteto mas não continham as assinaturas dos técnicos das respetivas especialidades. Isto é fácil demais! Qualquer equipa de projetistas pega no que ali está e legaliza!

Sr. d. m. João Santos: – Muito boa noite, senhor presidente da Assembleia e Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

Em nome do grupo municipal do Partido Socialista agradeço ao senhor presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras a forma como nos recebeu como, aliás, é apanágio da gente desta freguesia.

Apesar da diferença de idades e não sermos amigos de longa data, associo-me também ao que foi dito a respeito do senhor João Furtado e deixo aqui uma referência à sua memória.

Em relação à intervenção do senhor Américo Gonçalves, começo a achar que já se produziram novelas mexicanas com argumentos muito mais pobres do que esta história do hotel.

Apesar de achar que há algumas dúvidas a esclarecer de parte a parte e não conhecendo o senhor Américo, se tivesse que pender para o lado da verdade, confesso-vos que não teria a mínima dúvida em arriscar que ela estaria do lado da senhora presidente da Câmara porque é ela quem, diariamente dá a cara aos munícipes, nos presta contas e responde pela Câmara Municipal nesta Assembleia.

Acredito que tudo isso é muito simples e não quero deixar no ar qualquer suspeição, ao contrário do que fez há pouco o senhor Américo. Nunca o tinha visto neste órgão nem

encontrado noutra qualquer circunstância, não sei se voltará aqui ou se o voltaremos a ver, mas parece-me que ele, na sua posição, mais facilmente dourará alguma verdade, para não dizer que poderá «mentir», do que a senhora presidente da Câmara na posição que ocupa.

Não sei o que a senhora presidente terá a dizer sobre o assunto mas acontece que foram produzidas aqui afirmações muito graves para os técnicos da Câmara em termos pessoais e profissionais, que poderão pôr em causa a imagem dos técnicos da autarquia em geral.

Sem deixar suspeições, poderá haver algum interesse da parte do senhor Américo para que este processo não se concretize? É que, como já estamos a assistir aos últimos episódios da tal novela mexicana, poderá haver algum «interessezinho», não?

Ao chegarmos a este nível de enredo nesta fase do processo, começamos a pensar em tudo. Se não há má vontade ou problemas técnicos, poderá haver algum outro interesse em que o processo não se conclua?

Sra. presidente da Câmara: – Começando pela questão dos técnicos da Câmara, quando consultarem os documentos que o senhor Américo referiu, solicitem também uma cópia dos documentos que ele entregou à Câmara para que percebam o que foi entregue e o que deveria ter sido.

É verdade que o senhor Américo entregou alguns documentos mas não entregou os que lhe foram solicitados; entregou um documento assinado por um arquiteto mas não entregou as telas finais nem os projetos das especialidades. Será melhor se for o senhor Américo a facultar-vos os documentos.

Espero sinceramente que não haja nenhum outro interesse por detrás para que este processo não chegue a bom porto e que isto não passe daquelas situações em que estamos tão cansados e não conseguimos dar os últimos passos, apesar de vermos a meta mesmo ali à nossa frente. Espero e acredito que seja apenas cansaço porque, o que está em falta, é muito pouco face ao que já se passou e é tudo tão fácil de regularizar; tem os seus custos mas é muito fácil de regularizar.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 23 de abril a 20 de junho, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, para apreciação.

Sra. presidente da Câmara: – Vou referir alguns dos destaques da atividade municipal que considero de particular interesse. Antes de mais, a restauração dos símbolos heráldicos que é apresentada hoje à Assembleia Municipal depois de ter sido discutida em reunião de Câmara, porque somos um povo que se demarca pela sua cultura e identidade; foi isso que sempre nos diferenciou e este foi um prémio para essa característica.

Destaco também a admissão da candidatura à União das Cidades Capitais de Língua Oficial Portuguesa, entidade que recebe apenas 21 membros efetivos em todo o mundo. Passámos a fazer parte de uma entidade que recebe cidades como o Rio de Janeiro, Brasília, Maputo, Luanda, etc., onde temos inúmeras entidades que pagam uma quota para participarem

simplesmente nas reuniões onde se decidem coisas importantes. Esta nossa adesão à UCLA é, para nós, um enorme motivo de satisfação.

Evidencio também o roteiro cultural pelas freguesias porque, há pouco, foi referido que seria importante fazê-lo e já o fazemos há quase 3 anos. Destaco também a II Temporada de Teatro em Angra, o Encontro de Coros da Ilha Terceira, o concurso Angra Rock, a coorganização do X Congresso Internacional da Associação de Estudos Mediterrânicos e o trabalho de promoção do concelho de Angra através do programa «5 para a meia-noite» que será transmitido em direto de segunda a sexta-feira durante as festas Sanjoaninas do centro da cidade. O programa divulgará as festas Sanjoaninas e contará com convidados do nosso concelho, pessoas que se afirmaram no panorama nacional e internacional.

Merecem ainda destaque, as 6 zonas balneares galardoadas com a bandeira azul; mantivemos todos os nadadores salvadores e acrescentámos mais alguns e tivemos 7 zonas balneares galardoadas com a bandeira de praia com qualidade de ouro.

Prestámos também o apoio às nossas festas Sanjoaninas, concluímos os trabalhos de calcetamento da rua do Marquês, temos em execução a empreitada de pavimentação de sobras de estacionamento e está quase a terminar a empreitada de pintura dos arruamentos municipais. Estamos ainda a executar as obras do canil municipal e destacamos também a empreitada de reabilitação de habitações sociais, nomeadamente na freguesia da Feteira.

É de destacar ainda o lançamento do concurso público para a empreitada de construção da escola de Santa Bárbara que se encontra em fase de análise de proposta e a conclusão da empreitada de execução das redes de águas da variante norte do Raminho, da rua da Guarita e da rua Miramar.

Estamos na fase de preparação das peças procedimentais para o lançamento do concurso e o ajuste direto para o projeto cénico do Teatro Angrense, reduzimos o prazo de pagamento a fornecedores para 30 dias a partir de 1 de maio, passaremos praticamente a pagar a pronto a partir de 1 de junho e, já neste mês de junho, efetuámos o pagamento dos subsídios de férias a todos os funcionários do município.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Nas páginas 42 e 43, na parte relativa à aquisição de bens e serviços, é referido que está a ser realizado um concurso público para o fornecimento do estudo prévio e anteprojecto de assistência técnica para a construção do novo mercado duque de Bragança.

Tenho ideia de se ter pago cerca de 37 000,00€ para um anteprojecto realizado no tempo da senhora presidente Andreia Cardoso; gostaria que me explicasse mais este anteprojecto para um futuro projeto.

Gostaria também que me fizesse o ponto da situação da empreitada da escola da Ribeirinha que, como disse o deputado Guilherme Melo, já parece a obra de Santa Engrácia. A questão da empreitada daquela escola vem constantemente à Assembleia e gostaríamos de saber para quando se prevê a sua conclusão.

Tenho também verificado, nestes relatórios de atividades da Câmara, a elaboração de muitos ajustes diretos; como estes ajustes são permitidos com valores muito superiores, gostaria de saber se a senhora presidente tem o cuidado de convidar várias entidades porque me parece que se está a convidar sempre as mesmas.

Há por aí muitos gabinetes com muitas dificuldades, com 1 ou 2 empregados, que não estão a receber convites da Câmara. Gostaria de saber quais os seus critérios quando elabora estes convites. Se pudesse variar os convites pelos diversos gabinetes de Angra, seria muito bom porque se conseguiriam melhores preços e se contribuiria para que alguns desses gabinetes não fechassem as portas.

Já chamei a atenção da Dra. Andreia Cardoso para esta situação porque nunca adotava este tipo de procedimento e contactava quase sempre os mesmos projetistas. Como tenho verificado o mesmo nos últimos tempos, gostaria que a senhora me esclarecesse sobre este assunto.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Destaco a intensa atividade da Câmara, sobretudo no apoio às festas Sanjoaninas e aproveito para augurar boa sorte a toda a equipa porque é sempre de salientar todo o seu empenho na organização e realização das nossas festas; espero que Angra do Heroísmo seja cada vez mais promovida através das suas festas.

Chamo a atenção da senhora presidente da Câmara para o sistema automático de rega na praça Almeida Garrett. Parece-me que aquilo está regulado para começar a regar às 8H30, o que faz com que as pessoas tomem ali o seu duche matinal porque o aspersor espalha-se para além da zona ajardinada. Há dias, uma senhora ia brigando com um funcionário dos Serviços Municipalizados que estava a varrer a praça porque queria saber quem tinha sido o causador do esguicho da água.

Gostaria também de fazer um reparo para o estado em que se encontra a estrada entre a Salga e a Maria Vieira, senhora presidente. Gosto muito daquela zona e é confrangedor ver o estado daquela via repleta de lixo que é constantemente depositado nas bermas.

Seria bom que a Câmara tomasse algumas providências no sentido de se proceder à recolha de todo aquele lixo e mandasse cortar os ramos das árvores que já atingem praticamente o eixo da via naquela estrada que é muito percorrida nesta época do ano. Talvez o ideal seja uma melhor vigilância àquele local e a aplicação de algumas coimas para servirem de exemplo.

Há um depósito constante de lixo e os que vêm de fora admiram-se com a forma como as populações locais tratam uma zona tão bonita como aquela. Penso que a vila de S. Sebastião e o concelho de Angra não merecem o que ali se passa que só melhorará com o esforço de todos. Já agora, se há delegação de competências da Câmara Municipal à Junta de Freguesia da vila de S. Sebastião, pergunto porque é que aquele caminho não é limpo regularmente.

Por último, senhora presidente, se possível, gostaria que me fizesse o ponto da situação dos projetos em curso da responsabilidade da Câmara Municipal e do Governo Regional, no que toca às calamidades ocorridas em março passado na freguesia do Porto Judeu.

O trânsito intenso nesta altura do verão levanta muito pó na estrada regional da zona da Ladeira da Quinta e também nas estradas municipais. Penso que será necessária, alguma pressão junto do Governo Regional para que as obras avancem mais rapidamente.

De nada serve que se apareça no local e se diga que se vai fazer o possível para se avançar rapidamente com as obras, quando se verifica que, afinal, passados alguns meses, está tudo na mesma. As pessoas começam a ficar revoltadas contra os seus representantes políticos e as autoridades locais por não fazerem as coisas atempadamente.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Boa noite, senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara e caros colegas vereadores, colega anfitrião das Cinco Ribeiras, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de falar um pouco dos oradores anteriores porque me sinto muito honrado por ver que há gente que defende a nossa terra, a nossa cidade e o concelho de Angra em particular. Louvo-vos por isso porque nos transmitem força e vontade de defendermos o que é nosso.

Quero que a senhora presidente saiba que não preciso de olhar para quaisquer papéis porque confio plenamente na sua palavra; lamento dizer isto mas espero que o senhor Américo não pense que veio para uma república das bananas.

Depois de constatar todo o trabalho feito pela senhora presidente, apraz-me dizer que Santa Engrácia não vive em Angra e ainda bem. Por falar em obras, gostaria que a senhora presidente me fizesse o ponto da situação do pavilhão do Posto Santo e das obras do pacote 4 de estradas, previstas para este mandato, porque parece que as estão a encaminhar para o próximo.

Sra. d. m. Rita Andrade: – A minha intervenção surge um pouco no seguimento do que a minha colega Alódia disse mas sem ter sido combinada. Ela questionou a senhora presidente sobre os ajustes diretos e penso que deveria haver uma adaptação dos quadros da Câmara na parte da contratação pública e gestão patrimonial ao que é feito nos Serviços Municipalizados. Aparece a indicação da empresa que vence o procedimento e os valores e, na Câmara, aparece apenas o ajuste direto e o local. Penso que seria necessário acrescentar um pouco mais de informação para sabermos o preço base e por quanto foi adjudicado.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Coloco uma pergunta e deixo uma recomendação: para quando a plantação das árvores nas avenidas?

Uma vez que a senhora presidente falou nas bandeiras azuis, uma vez fui à Prainha antes de lá estarem os nadadores salvadores e aquilo estava um bocado mau.

Esta semana fui à Silveira e assisti à miudagem, (que anda no liceu e deveria ter um pouco mais de bom-senso e educação), a comer sorvetes e a deixar os papéis no chão com um bidão do lixo a 3 ou 4 metros de distância. Penso que se deveria descobrir uma forma de os sensibilizar com cartazes ou outra coisa qualquer para que os locais se mantenham limpos.

Uma vez que se falou em ocupar as pessoas que não pagam renda, se calhar, deviam ser colocadas a vigiar e a limpar as zonas balneares e as praias. Como estes trabalhos não são pesados, até podem fazer isso de fato de banho; se for uma senhora bem feita até pode ir de biquíni.

Sr. d. m. João Tavares: – Muito boa noite, senhor presidente e Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Quero felicitar a Câmara pelo grande esforço que tem feito na reposição do mínimo de normalidade na freguesia do Porto Judeu.

Foi aprovado por unanimidade na Assembleia e na Junta de Freguesia do Porto Judeu um voto de louvor para os funcionários dos Serviços Municipalizados e da Câmara Municipal por todo o empenho por altura das intempéries do passado mês de março.

Queria também salientar o grande esforço da Câmara na elaboração dos projetos para que a obra se possa iniciar brevemente. Há poucos dias, no dia da freguesia, a senhora presidente anunciou que as obras de recuperação da Grota do Tapete e dos arruamentos municipais, o Jogo da Bola e o Poço do Além, estariam previstas para breve. Essas obras, que incluiriam também parte de S. Sebastião, estariam orçadas em 1 800 000,00€ e tudo se tem feito para apressar os procedimentos.

Quem espera 3 meses para se elaborar um projeto de fundo, é muito tempo mas, para que se façam as coisas como deve ser e não se cometam os erros que se cometeram no passado, é preciso algum tempo para se estudar e elaborar os processos. Queria ressaltar que a Câmara tem tentado agir o mais rápido possível para que isto se agilize da melhor maneira.

Como tenho acompanhado e insistido com o Governo Regional, posso esclarecer a situação. As obras estão divididas em 3 áreas; uma é da responsabilidade da Câmara Municipal, a outra está a cargo das Obras Públicas porque envolve o reforço da estrada regional, pertencendo a recuperação a Ribeira do Testo à Secretaria Regional do Ambiente.

Salvo erro, foi ontem lançado o concurso de recuperação da estrada e da ponte no caminho da cidade junto ao império da Ribeira do Teste e a consolidação da zona acima, quem vai da Ladeira da Cruz, à direita quem sobe, onde vai ser construído um muro de betão armado e a reposição do estacionamento.

Aproveitando esta obra, serão também incluídas retificações que tinham surgido há um ano no dia 12 de maio de 2012. Estou a falar do Caminho da Esperança, perto daquela moradia que ficou entulhada, com o reforço do talude da estrada regional, a construção de um muro de suporte ao longo de vários metros e a consolidação das sobras de estrada para segurança daquela via porque se trata de uma zona funda e o trânsito podia cair por ali abaixo.

A obra está a concurso e, se tudo correr bem, (porque sabemos que os concursos públicos podem originar reclamações), prevê-se o início das obras lá para setembro.

Manifestei ao senhor secretário a minha preocupação com aquela estrada. O pó causa um grande transtorno a quem vive ali à volta porque é bem conhecido o fluxo de trânsito entre o Porto Judeu de baixo e o Porto Judeu de cima.

Sei que custa algum dinheiro mas deixei algumas sugestões. Podia aguar-se a estrada diariamente, ou dia sim, dia não, para que as pessoas pudessem abrir as janelas porque não se consegue arejar uma casa em toda aquela zona devido ao pó levantado pela circulação de viaturas.

O projeto relativo à parte da Ribeira do Teste está em execução e entregue ao projetista e não há uma data prevista para a realização da obra de acordo com conversas trocadas com o diretor regional do ambiente; solicitei-lhe que a obra fosse realizada por fases, evitando, se possível, o concurso público para que não haja atrasos com vista à recuperação da ribeira o mais rapidamente possível.

Foram estas algumas das sugestões deixadas pela Junta de Freguesia e cabe agora ao Governo Regional acatá-las ou não. O projeto encontra-se nas mãos dos projetistas com vista à recuperação de toda a Ribeira do Teste.

Foi dito também que, quer na Grota do Tapete, quer na Ribeira do Teste, serão feitas intervenções acima da área urbana no sentido de se criarem bacias de retenção, da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Muito boa noite senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e restante vereação, Exmos. senhores deputados municipais.

Gostaria de saber se a ligação entre a canada da Boa Hora e a canada do Talhinha está prevista para o pacote 4 de estradas nesta legislatura. Como aquela canada já tem barbas brancas, espero que, desta vez, se comece pela ponta de cá e não, pelo outro lado do concelho.

Sr. presidente da Mesa: – O senhor deputado Rómulo tem alguma coisa contra as barbas brancas?

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Desculpe, desculpe!...

Sra. d. m. Carla Terra: – Boa noite a todos. Creio que a senhora presidente da Câmara disse a verdade no que toca à situação financeira e patrimonial da Câmara Municipal quando afirmou que estão a pagar a pronto aos fornecedores mas, de acordo com os dados que são fornecidos no CD não conseguimos concluir isso.

Seria bom que, nas próximas reuniões, fosse incluído um balancete para que possamos confirmar se existem dívidas a fornecedores, uma vez que, neste momento, a receita liquidada vai em 36% e a Câmara já comprometeu 56% do seu orçamento, apesar de ainda ter faturado

apenas 5 000 000,00€. Pode haver aqui compromissos que não são faturados porque se está a pedir para não se faturar.

Sr. d. m. Luís Alberto Costa: – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhores deputados, muito boa noite a todos.

Como presidente de junta quero manifestar aqui um desagrado porque temos uma estrada em S. Bartolomeu que deve ser a pior do concelho de Angra e a Câmara e a Assembleia devem ter conhecimento disso; refiro-me à estrada dos Regatos que se encontra num estado caótico e é composta pela rua doutor Batista de Lima, pela rua 25 de abril e pela rua 1º de maio.

A Junta de Freguesia já enviou 6 ofícios à Câmara desde 2008, pedindo que se faça uma intervenção em toda aquela estrada porque consta do pacote 4 que será feita uma intervenção em parte dessa estrada apenas até à canada do Funchal, o que não resolverá coisíssima nenhuma, uma vez que se vai criar ali uma manta de retalhos.

Se tiverem dúvidas, visitem S. Bartolomeu e comecem a subir desde a igreja até lá acima ao Escanpadouro para constatarem o estado lastimável em que a via se encontra e não estou aqui a mentir.

Uma vez que está previsto o melhoramento da estrada que vai desde o Escanpadouro à Terra Chã, deu entrada em reunião de Câmara uma proposta do PSD, em que sugeri que abdicaria daquela parte em detrimento da reparação da estrada dos Regatos que é prioritária por servir uma área bastante habitada, o que a faz a coluna vertebral da freguesia de S. Bartolomeu de Regatos.

É lamentável que a dita proposta tenha sido reprovada em reunião de Câmara pelo Partido Socialista com a abstenção do CDS-PP. A população de S. Bartolomeu tem-se manifestado contra esta decisão porque, a última vez que aquela estrada sofreu alguma intervenção, foi há 20 anos.

Sra. d. m. Ababela Gomes: – Quero reforçar o que o senhor presidente da Junta de Freguesia acabou de dizer. Vivo naquela freguesia e, apesar de raramente utilizar aquele caminho, confirmo que se encontra em péssimo estado. Qualquer canada do IROA está melhor do que aquela estrada onde vive grande parte da população da freguesia.

Sra. presidente da Câmara: – Quanto à proposta que o senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu referiu, em que abdicava da reparação de uma canada em detrimento da outra, as coisas ditas desta forma parecem simples mas temos aqui uma diferença de 240 000,00€ a mais, sem contar com o IVA.

Estamos a falar de um pacote orçado em 1 200 000,00€ no seu total, incluindo a parcela para S. Bartolomeu e gostaria que o senhor presidente da Junta me dissesse qual a freguesia que ficará sem os seus arruamentos para que S. Bartolomeu tenha ainda mais dos que já tem.

Das 6 ou 7 freguesias que sofrerão intervenções através do pacote 4, qual delas abdicará de 240 000,00€? Se pudesse, adoraria fazer essa intervenção em S. Bartolomeu de Regatos assim como muitas outras.

O seu colega do Raminho que está ao seu lado tem uma situação pendente relacionada com escoamentos de águas que ainda não foi resolvida por dificuldades financeiras e há muitas mais freguesias com imensas dificuldades.

S. Bartolomeu de Regatos tem uma parcela de arruamento a ser realizada e é para continuar por fases. Esclareço ainda que a intervenção em causa engloba o asfaltamento e a respetiva remodelação das redes; não se pode referir as coisas pela metade.

Lamento informar a senhora deputada Anabela Gomes mas as estradas do IROA não são melhores, nem de perto, nem de longe e a senhora conhece-as muito bem. Temos consciência

de que este arruamento precisa de uma intervenção urgente mas, como referi há pouco, só vamos até onde se pode pagar.

Não é por falta de respeito aos habitantes de S. Bartolomeu que não intervencionamos aquele arruamento porque o senhor presidente da Junta, com quem tenho um relacionamento excecional, sabe muito bem que gosto muito daquela freguesia onde me senti sempre bem-vinda; não sei se vou deixar de sentir o mesmo a partir de agora.

A proposta foi apresentada pelo PSD e foi chumbada em reunião de Câmara devido ao valor em causa. Onde e a quem, poderíamos retirar 240 000,00€ de um orçamento que estava fechado com toda a sua verba atribuída, para darmos continuidade aos arruamentos de S. Bartolomeu? Onde? Não seria justo porque há freguesias que não têm qualquer intervenção prevista no pacote 4 de estradas e temos que definir prioridades, o que não é fácil!

Se intervencionássemos todos os arruamentos do concelho que precisam de obras, nem os orçamentos dos próximos 4 anos seriam suficientes. Temos que seguir por fases porque é este o orçamento que temos e não vamos fazer o que se faz pelo país inteiro, inventando vendas fictícias ou coisas do género que depois rompem os orçamentos.

Em resposta à intervenção da Dra. Alódia, penso que se deverá tratar de uma falha porque não há nenhum projeto novo. O projeto das infraestruturas do Mercado, que já estava definido, está em fase de decisão de reclamação do relatório preliminar.

A escola da Ribeirinha abre no próximo ano letivo em setembro. Estão concluídos todos os procedimentos contratuais, vai começar-se agora a construção da garagem no limite do arruamento que estará concluído em setembro e as infraestruturas que permitiam o escoamento das águas fluviais e saneamento ao meio da rua, também já estão praticamente concluídas.

Em relação aos ajustes diretos, que são muitos, de acordo com a legislação, podemos fazer um ajuste direto no regime geral simplificado mas sempre dentro dos limites legais. Em primeiro lugar são consultadas as entidades com Sede no concelho e tentamos, sempre que possível, adjudicar a várias entidades. Quando se trata de um ajuste direto no regime geral, o nosso objetivo é consultar todas as empresas com Sede no local e adjudicamos à melhor proposta, como é óbvio.

Pela sua reação, deduzo que haverá alguma situação em que isto não tenha acontecido e peço que me reporte caso tenha havido alguma falha. Por vezes as pessoas reclamam, nós esclarecemos e o assunto fica sanado. Deduzo que esteja a falar de empreitadas; as entidades têm que possuir um alvará e capacidade para dar resposta às situações. Se tiver conhecimento de algumas situações em que as coisas não tenham corrido bem, agradeço que me diga para eu tentar corrigi-las.

Quanto às suas dúvidas sobre o critério, optamos sempre pela melhor proposta. Quando consultamos 5 empresas que prestam um determinado serviço e o adjudicamos a uma delas, no próximo procedimento consultamos apenas as 4 restantes porque uma já tem serviço e assim sucessivamente.

Em relação à intervenção do senhor deputado Guilherme Melo sobre o sistema de rega na praça Almeida Garrett, a situação já tinha sido comunicada pelo vereador Alonso. Pelos vistos, continua a haver falhas mas vamos tentar acautelar a situação para que mais ninguém se molhe ao passar por ali.

Quanto à limpeza da estrada entre a Salga e a Maria Vieira, dependendo dos troços, existem diferentes competências. Já nos tinha chegado a informação de que aquele troço não estaria bem limpo e vamos notificar as entidades com competência na matéria.

Por vezes, torna-se difícil suportar os custos de uma vigilância adequada porque temos que desenvolver essa vigilância em todo o concelho e não podemos chegar a todos os lados. A Secretaria Regional do Ambiente tem essas competências mas também tem dificuldades em estar em todo o lado. Vou reportar e alertar para essa situação.

Há delegações de competências para a limpeza de arruamentos municipais para todas as freguesias com exceção das freguesias citadinas onde a limpeza é assegurada pelos Serviços Municipalizados.

O projeto respeitante às calamidades do Porto Judeu encontra-se na fase final da consulta de entidades. Como sabem, houve a necessidade de contrair empréstimos e outros processos burocráticos mas vamos começar as intervenções a breve trecho.

Em jeito de resposta ao senhor deputado António Alves, a construção do pavilhão do Posto Santo sofreu um atraso porque houve a decisão de se optar pelas medidas 20 X 40 com a necessidade de se ajustar a construção ao PDM e penso que estamos praticamente a finalizar para lançarmos a obra rapidamente.

O 4º pacote de estradas foi apresentado a reunião de Câmara, como já se disse a respeito da situação de S. Bartolomeu e o concurso está para publicação.

Em relação às questões colocadas pela deputada Rita Andrade, vamos juntar um pouco mais de informação e em resposta ao senhor deputado José Alberto Borges, vou tentar saber o que se possa eventualmente ter passado em relação à replantação das árvores nas avenidas.

No que toca à limpeza das zonas balneares, aplicamos uma verba significativa na vigilância e limpeza mas, devido à falta de cuidado e respeito por parte das pessoas, as coisas só resultariam se estivéssemos lá 24 horas por dia.

Há pouco, o vereador Alonso chamou-me a atenção para um aspeto que é importante esclarecer a respeito das diversas pessoas e entidades que colaboraram de forma muito significativa nos trabalhos de limpeza nas intempéries do Porto Judeu com a lavagem e atribuição de roupas, comidas e muito, muito mais.

No que, à intervenção do senhor deputado Rómulo Correia diz respeito, se o senhor se recorda, na reunião da Assembleia Municipal decorrida há um ano na Terra Chã foi referido que esta obra seria prioritária quando começássemos o pacote 4 de estradas que está para publicação. À partida, essa será uma das primeiras obras a realizar.

Em resposta à intervenção da senhora deputada Carla Terra, há que ter em atenção que esta informação contém os dados desde a última reunião da Assembleia Municipal. Eu referi que, a partir de 1 de maio passaríamos a pagar a 30 dias e passaríamos a pagar praticamente a pronto a partir de 1 de junho.

O que aqui encontra é um desfasamento e uma média entre o que se passava em fevereiro e o que se passa agora e penso que todos estamos satisfeitos pelo facto de o município de Angra estar a pagar a tempo e horas.

Em relação ao comentário sobre o pedido para que alguns compromissos não sejam faturados, devo ter percebido mal, não? «A menos que se peça que haja compromissos que não sejam faturados», foi isso que disse? Conhecemo-nos há largos anos e eu nunca faria uma afirmação destas no sentido inverso.

Não é por nos encontrarmos em lados diferentes da bancada num debate político, que podemos levantar questões tão complicadas como esta. Não vou pedir a ninguém que não fature. Quando prestámos contas foi-me perguntado porque é que tínhamos um saldo de gerência tão alto e eu referi na altura que tínhamos um determinado conforto em termos de tesouraria justamente para fazermos face a estas questões.

Não, não peço a ninguém que não fature, nem funcionário algum da Câmara, com ou sem o meu consentimento, fará isso; antes pelo contrário, queremos que faturem porque pretendemos pagar de imediato e entristece-me que se possa pensar numa coisa dessas. Peço desculpa mas não há debate político que justifique este tipo de afirmações.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Queria associar-me à preocupação do senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu e apelar à senhora presidente da Câmara para o seguinte: como sabe, S. Bartolomeu é uma freguesia grande com bastantes arruamentos municipais e nem sempre teve as oportunidades que tiveram outras freguesias ao longo dos anos em termos da melhoria dos acessos.

Pelo que foi dito pelo senhor presidente da Junta e pela senhora deputada Anabela Gomes, S. Bartolomeu tem grandes prioridades. Sei que a verba é um pouco avultada mas apelo à Câmara Municipal que tente ponderar a reparação daquela via porque os residentes poderão ficar um pouco revoltados com o tratamento da sua Câmara Municipal.

Compreendo que a senhora esteja preocupada em manter o controlo orçamental mas peço-lhe um esforço extra no sentido de resolver aquela situação que tanto preocupa os habitantes de S. Bartolomeu.

Sra. presidente da Câmara: – Tenho todo o gosto em fazer esse esforço, senhor Guilherme, mas, diga-me, de que parte do orçamento, projetos ou iniciativas vou retirar esses 240 000,00€ para os aplicar em S. Bartolomeu?

1.2 - 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2013 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º conjugado com o preceituado na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e parcialmente revogada pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro.

Sra. presidente da Câmara: – Esta situação é simples, embora estranha. Recebemos um ofício do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional que aplicou uma multa aos Serviços Municipalizados relacionada com o FEDER relativa a uma situação passada há 20 anos.

Em 1994 foi feita uma inspeção que detetou que, nessa altura, houve um pedido de reembolso de IVA, ao mesmo tempo que fomos participados por fundos comunitários no mesmo valor.

Por volta de 1992 ou 1993 os Serviços Municipalizados receberam o IVA por 2 vezes. Não conhecíamos a situação mas, ao avaliá-la, concluímos que tem a ver com o saneamento básico da cidade; como não prescreveu, temos de a pagar. Como não tínhamos a rubrica aberta, pedimos a sua inserção no orçamento para procedermos ao respetivo pagamento.

Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2013 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, (17 do PS, 11 do PSD, 1 do deputado independente) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.3 - Proposta de alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2013, para aprovação, nos termos do artigo 64.º, n.º 6, alínea a) e do artigo 53.º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de

Janeiro e artigo 5.º n.º 3 da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Sra. presidente da Câmara: – A situação é simples e refere-se a 2 funcionários do município que estavam de licença sem vencimento de longa duração que solicitam a sua reintegração nos serviços. Atendendo a que se prevê o cumprimento da lei do orçamento de Estado e a consequente redução do número de funcionários, existe a possibilidade de os aceitar ao serviço, alterando o mapa do pessoal para que possam ser reintegrados.

Não se registando quaisquer intervenções e posto à votação, o documento constante do Ponto 1.3 foi aprovado por maioria com 24 votos a favor (17 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do deputado independente) e 7 abstenções do PSD.

1.4 – Proposta de alteração ao regulamento municipal de taxas, no sentido de se reduzir as taxas devidas pela ocupação do domínio público com mesas e cadeiras e de se alterar os documentos a apresentar no âmbito do pedido de isenção do pagamento de taxas relativas à realização de operações urbanísticas derivadas de infestações por térmitas, para aprovação, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 64.º, n.º 6, alínea a) e do artigo 53.º, n.º 2, alínea a) ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro.

Sra. presidente da Câmara: – Trata-se de uma situação também bastante simples. Uma é a questão das térmitas. Na última reunião da Assembleia Municipal a Dra. Alódia Silva tinha referido que o Parecer deveria ser emitido pelos técnicos reconhecidos para o efeito.

A segunda questão refere-se às esplanadas, visando que a redução seja aplicada a 50% durante todo o ano e não apenas na época alta.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Há 4 anos propus que se fizesse um regulamento para as esplanadas e até convidei o meu amigo deputado João Santos para darmos uma volta e vermos o tipo de esplanadas que havia em Angra; acabámos por não dar passeio e continuamos com esplanadas que desvirtuam a cidade.

Ao passarmos em frente à igreja de S. Pedro vemos que há ali uma esplanada sem mesas nem cadeiras. Entendo que as esplanadas que dignificam Angra deveriam estar isentas de taxas e as outras, que nada nos trazem de bom, deveriam pagar por todas.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Proposta de alteração constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

1.5 – Pedido da TERAMB E.M. no sentido de lhe ser cedido gratuitamente o direito de superfície sobre os terrenos onde se encontra implantado o Aterro Intermunicipal pelo período de 30 anos, para deliberação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea i) e artigo 64.º n.º 6, al. a), ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações conferidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro. A proposta do órgão executivo é no sentido de a oneração do respetivo imóvel ser gratuita mediante a cedência do direito de superfície, no valor superior a 343 028,00€ (trezentos e quarenta e três mil e vinte e oito euros), nos citados termos legais.

Sr. vereador Hugo Louro da Rosa: – Muito boa noite senhor presidente da Mesa e senhores deputados municipais.

A TERAMB implementou o projeto de reordenamento do aterro municipal que prevê a construção de infraestruturas; por isso convém que as mesmas assentem em solo que lhe pertença ou cujo direito de superfície lhe seja cedido.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, o Pedido constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

1.6 – Proposta de Classificação como imóvel de interesse municipal do remanescente da Levada da Ribeira dos Moinhos e do Aqueduto de Santa Luzia, para apreciação do órgão deliberativo, atendendo a que a classificação de um bem de interesse municipal reveste a forma de deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A de 24 de agosto.

Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a Proposta de Classificação constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.

1.7 – Proposta da Câmara Municipal, para se proceder à restauração dos símbolos heráldicos do município que vigoraram desde o Decreto Real de 12 de janeiro de 1837 até à portaria 9395 de 7 de dezembro de 1939. Para deliberação da Assembleia Municipal nos termos conjugados da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea t) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de fevereiro, na redação que lhe deu a Lei 5-A 2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – Tenho um grande carinho por esta proposta porque a nossa heráldica anterior foi-nos atribuída por mérito próprio; ganhámo-la devido às nossas características de angrenses e à nossa forma brava de estar na vida.

Essa heráldica foi-nos alterada juntamente com outros municípios do país por um heraldista que, provavelmente vivia no continente, não conhecia a nossa realidade e criou uma série de brasões para os municípios do país, incluindo o nosso.

Ficou também definido que as nossas cores seriam o vermelho e o amarelo, o que levou a que a autarquia se tivesse manifestado contra porque, além de se fazer referência ao castelo com uma clara marca espanhola, (situação que já foi aqui muito bem explicada pelo doutor Jorge Forjaz), havia também uma equiparação às cores de Espanha. O município manifestou-se contra estas cores mas tal não foi tido em atenção e o brasão foi-nos imposto.

O brasão que pretendemos recuperar foi-nos atribuído em 1837 pela rainha D. Maria II na altura em que a cidade passou a designar-se por Angra «do Heroísmo». Também nessa altura foi-lhe concedida a Grã-cruz da Torre e Espada acrescentando-se ao seu nome «mui nobre, leal e sempre constante». Preservámos tudo o resto mas o brasão foi-nos simplesmente tirado.

Adotámos todos os procedimentos e consultámos a comissão de heráldica que, com grande esforço se pronunciou dentro do prazo. Houve muitos contactos e esforços de pessoas de cá para que nos fosse dado atempadamente este Parecer e o pudéssemos apresentar aqui hoje, apesar de não ser vinculativo.

Vou ler apenas a conclusão desse mesmo Parecer. «Assim, aceitando-se em termos substanciais a pretensão do município de Angra do Heroísmo, a comissão de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, nos termos do artigo 19, n.º 2 e do artigo 23º, n.º 2 da lei 53/91 de 7 de agosto, dá o seu Parecer favorável ao seguinte ordenamento dos símbolos heráldicos do referido município:

Escudo esquartelado, 1º e 4º de vermelho com um braço armado de prata empunhando uma espada e o 2º e 3º de prata com um açor de sua cor. Em abismo, escudete de prata com 5

escudetes de azul, dispostos em cruz, cada um carregado por 5 besantes de prata. Coroa mural de prata de 5 torres aparentes e em redor do escudo, o colar da Ordem Militar da Torre e Espada e do “Valor Lealdade e Mérito”. Listel branco com a legenda a negro “Angra do Heroísmo”. Bandeira gironada a azul e branco, cordão e borlas de azul e branco, haste e lança dourada. Selo circular, tendo ao centro a representação do conteúdo do escudo sem a indicação dos maltes com a legenda “município de Angra do Heroísmo”.»

É este o Parecer e o entendimento da comissão de heráldica. Aceitam a proposta e retiram o timbre que é o braço armado por cima da coroa porque, de acordo com os entendidos na matéria, o timbre é uma característica dos brasões familiares com a agravante de este ser o timbre da família do duque da Terceira, se não estou em erro.

Estamos muito satisfeitos com o Parecer da comissão de heráldica. A proposta do município vai no sentido de se adotar e recuperar o que nos foi atribuído pela rainha D. Maria II. Pretendemos usar estes símbolos heráldicos a partir do dia 21 de agosto, o dia da cidade, e, até lá, teremos diversas campanhas de sensibilização para explicarmos tudo às pessoas e fazermos renascer o gosto pela recuperação dos nossos verdadeiros símbolos heráldicos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Manifesto a nossa concordância pelo regresso aos símbolos originais aqui propostos. Há dias, na conferência de líderes para a preparação desta reunião da Assembleia Municipal, estivemos sentados nas cadeiras que ainda hoje estão no edifício da Câmara. Felizmente ninguém se lembrou de as deitar fora porque já não condiziam com a nova heráldica aprovada. São estas as figuras que lá constam e demonstram que a história de Angra vai muito além da última alteração heráldica de 1939.

Importa valorizar estes aspetos no plano turístico, na classificação de património mundial e no plano da nossa história e cultura. A recuperação desta heráldica é um bom passo e não o digo devido à minha preferência pelo azul e branco mas por recuperarmos algo que é verdadeiramente nosso.

Apesar de haver outros temas mais interessantes do que a recuperação da nossa história, mais uma vez tenho que lamentar o desprezo por esta Assembleia Municipal e pelo concelho de Angra, por parte dos órgãos de comunicação social da região. Já o tinha feito quando a senhora presidente da Câmara se dirigiu a esta Assembleia pela primeira vez depois de um processo polémico que gerou alguns debates.

Referi este assunto há poucos meses numa sessão da Assembleia Municipal em que discutíamos o Plano e Orçamento. Enquanto várias outras assembleias municipais das nossas ilhas, tais como Santa Cruz da Graciosa, Horta e Ponta Delgada, eram retratadas nesses órgãos, a Assembleia Municipal de Angra não mereceu, sequer, o mínimo de interesse enquanto analisava documentos importantes para a gestão municipal.

Não se trata apenas de uma mudança de cor ou simbologia na heráldica; significa também uma valorização da história, da formação desta cidade e do povo desta ilha. Embora uma mudança estrutural desta natureza tenha sido acompanhada pelos órgãos da imprensa local, também teríamos sido uma divulgação de âmbito regional nos órgãos públicos que têm especiais responsabilidades nessa matéria. Revolta-me um pouco o veto desta matéria por parte desses órgãos.

Esta alteração poderia ser a pedra de toque para se lançar uma campanha de informação de atração turística, salvar a nossa história e expor ao resto do país e ao mundo, o nosso património mundial nas comemorações dos seus 30 anos.

Os continentais não sabem, ou por vezes esquecem-se, que Angra foi a primeira cidade portuguesa a obter esta classificação da UNESCO. Por vezes estes aspetos são secundarizados quando se fala neste assunto a nível nacional.

Mais uma vez há centralidades artificiais que não têm em conta a nossa geografia e baseiam-se em alguns critérios demográficos duvidosos como aqui foi muito bem referido há pouco pelo Dr. Mário Toste. A nossa população é tão idónea, meritória e merecedora dos seus direitos de cidadania como a população de qualquer outro ponto do país ou da região.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Quem me conhece sabe que sou profundamente republicano, quase a raiar o jacobinismo, mas essa minha posição política é relativamente tolerante em relação à questão dos símbolos.

Não me repugna que a futura bandeira da Câmara seja azul e branca como a bandeira da região e não me associaria a questões relacionadas com outros tipos de regime. O senhor doutor Jorge Forjaz, como especialista de mérito nestas coisas, teve o cuidado de esclarecer esta Assembleia que o azul e branco não são, necessariamente, cores da monarquia, coisa que muitos de nós já sabíamos; o PSD votará favoravelmente esta proposta da Câmara.

A cidade de Angra tem uma história muito rica, sobretudo em 2 momentos. No tempo dos Filipes em 1580, a sua resistência foi quase ingénuo contra o maior império do mundo, o império espanhol; a lógica da história fê-la sair derrotada mas lutou e resistiu tanto quanto pôde. No século XIX, com as lutas liberais, voltou a dar uma lição ao país com as forças expedicionárias que partiram de Angra e de Ponta Delgada em direção ao norte.

Não me parece oportuno que tenhamos de ser temerosos em tomar a decisão, (que é da nossa competência), de alinharmos com a proposta da senhora presidente da Câmara e da respetiva vereação porque temos competência para o fazer e foram ouvidas as entidades que a lei prevê.

Assumiremos a decisão que tomarmos. A cidade de Angra, na lista do património mundial da humanidade, não é um facto desprezível e os seus 30 anos de vida merecem uma medida simbólica que dê à cidade a sua consistência histórica e os seus alicerces.

Julgo que todos devemos votar favoravelmente esta proposta, pedindo à Câmara que aja em conformidade com os Pareceres técnicos que recebeu.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.7 foi aprovada por unanimidade e aclamação.

1.8 – Proposta para atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Filantrópico a Adalberto Manuel Rocha Alves Pinheiro - Al Pinheiro. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do Artigo 10.º, n.º 1, do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo, aprovado em 20 de abril de 2001.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Não sei se seria possível incluir nesta proposta, o José Henrique, representante das Sanjoaninas no Canadá. Creio que ele faz tanto como o senhor Adalberto Pinheiro, que eu não conheço, a não ser pelo currículo que está aqui.

Estamos a homenagear o homem dos Estados Unidos da América e não homenageamos o do Canadá. Penso que o José Henrique, que é um empresário angrense que tem o «Paper's bar», tem feito de tudo para que nada falte às comissões das Sanjoaninas que se deslocam ao Canadá; cria bem-estar às pessoas, trata de tudo o que lhe pedem, faz tudo de uma forma desinteressada e até traz canadianos à nossa terra.

Não sei se o regulamento desta Assembleia nos permite associar também o Zé Henrique a esta proposta. Se não for possível hoje, talvez seja possível apresentar uma proposta na próxima reunião da Assembleia em setembro. Talvez a senhora presidente, que já foi recebida por esta pessoa, poderá adiantar mais alguma coisa a seu respeito.

Sra. presidente da Câmara: – Por acaso nunca fui recebida por ele mas conheço sobejamente a sua boa fama. Esta proposta refere-se à atribuição da medalha de mérito municipal mas temos várias propostas no sentido de se atribuir votos de louvor às várias pessoas que têm colaborado com as Sanjoaninas e recebido as comissões de festas. Essas propostas não necessitam de vir à Assembleia; são apresentadas em reunião e vêm aqui apenas para conhecimento.

No caso do senhor Al Pinheiro, optámos por diferenciar por diversos motivos. Ele nasceu cá mas reside nos Estados Unidos há muito tempo e foi, durante muitos anos, presidente de Câmara de uma cidade irmã de Angra do Heroísmo.

Além de receber lá, o senhor Al Pinheiro tem feito um grande esforço para trazer cá muita gente. Enquanto foi presidente do município de Gilroy, trouxe vários grupos de violinistas, restaurantes, etc., aos Açores com despesas próprias, o que voltará a fazer este ano sem que o município de Angra tenha que assumir qualquer despesa.

É proposta uma medalha de mérito municipal ao senhor Al Pinheiro. Às restantes pessoas, nomeadamente ao senhor José Henrique, serão propostos votos de louvor a serem entregues também no dia da cidade a 21 de agosto.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – O José Henrique também traz cá os canadianos de uma forma desinteressada e divulga a cidade de Angra. Penso que não se trata de uma pessoa como muitas outras que recebem do lado de lá; ele tem tratado de tudo ao longo destes anos.

Sr. presidente da Mesa: – Tive o privilégio de ser recebido pelo Al Pinheiro e pelo José Henrique desde os meus tempos de menino e moço. Todavia, como a senhora presidente explicou, são situações completamente diferentes.

Enquanto o Al Pinheiro foi presidente da Câmara, daí a proposta desta medalha, não é muito razoável, assim, a meio da Assembleia, incluir outra pessoa na mesma proposta. Fica em aberto a possibilidade de o senhor deputado apresentar uma proposta nesse sentido numa próxima reunião da Assembleia, que assinarei por baixo, se me der essa honra.

Antes de passarmos ao voto gostaria de chamar a atenção dos senhores deputados para o seguinte facto: existia mais abaixo um ponto sobre a proposta de atribuição de insígnias e medalhas municipais que deveria ter vindo num contexto diferente.

Queríamos incluir num segundo ponto, já aprovado em reunião de Câmara, relativo à atribuição da medalha ao senhor comendador Batista Vieira. Vou ler-vos a proposta que vem da Câmara e fazer 3 ou 4 referências bibliográficas a respeito do senhor comendador, embora a proposta tenha sido distribuída aos líderes parlamentares.

«A atribuição de medalhas e insígnias municipais constitui um ato de reconhecimento da Câmara Municipal a pessoas singulares ou coletivas que contribuam para o engrandecimento e dignificação do município de Angra, bem como aqueles que se elevem dos demais pelo seu reconhecido mérito, prestígio, cargo, ação, serviços ou contributos em prol da comunidade.

É intenção prestar a justa homenagem a Batista Sequeira Vieira que, emigrado nos Estados Unidos da América desde 1954, nunca esqueceu as suas origens. A sua ação é relevante no incansável e constante apoio que, de modo desinteressado, tem prestado aos açorianos.

Tem ajudado centenas de emigrantes açorianos a instalarem-se na costa leste dos Estados Unidos. Tem auxiliado inúmeras pessoas e entidades das diferentes ilhas dos Açores, designadamente em casos de catástrofes naturais, financiando bolsas de estudo ou acudindo financeiramente a famílias carenciadas. Tem apoiado e patrocinado várias instituições

açorianas, nomeadamente as sucessivas comissões de festas Sanjoaninas durante os últimos 25 anos.

Batista Vieira não olha a esforços no apoio aos açorianos, quer fixados no arquipélago ou emigrados para a terra prometida, tornando-se a voz destes na nação americana.

Face ao exposto, propõe-se a atribuição da medalha de mérito municipal, classe mérito filantrópico, a Batista Vieira que, para além de um empresário de sucesso, tem sido um singular benfeitor público.»

Gostaria de acrescentar que o Batista Vieira foi agraciado com a Comenda da Ordem de Mérito atribuída pelo doutor Mário Soares em 1989 e em 1992 foi nomeado membro do Conselho de Estado dos EUA. Ao longo do caminho cumpriu mais um sonho, o de se tornar cidadão do país que o adotou.

Julgo que estas 2 referências dizem muito da figura que é Batista Vieira. Tive o privilégio de o conhecer pessoalmente porque também recebeu e deu todo o apoio à comissão das Sanjoaninas na Califórnia, pondo também à disposição os seus órgãos de comunicação social.

Julgo tratar-se de um cidadão com atributos suficientes para que esta Assembleia reconheça o que a Câmara Municipal já aprovou.

Não se registando mais intervenções e posta à votação por escrutínio secreto, a Proposta de atribuição de Medalha de Mérito Municipal constante do Ponto 1.8 foi aprovada com 32 votos a favor e 1 abstenção.

1.9 – Comunicação da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, solicitando a designação da SVTM – Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados SROC, Lda., como Fiscal Única da referida empresa. Para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 7.º, n.º 4 dos Estatutos da referida empresa conjugado com o artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. A Câmara Municipal concordou com a designação em causa.

Não se registando quaisquer intervenções, após votação, a Solicitação da TERAMB constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.

1.10 – Proposta para atribuição da Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Filantrópico a Baptista Sequeira Vieira.

Após votação por escrutínio secreto, a Proposta constante do Ponto 1.10 foi aprovada com 30 votos a favor e 2 abstenções.

2 – DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO BENTO

2.1 – Voto de Congratulação pelos quarenta anos do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Sr. presidente da Mesa: – «No próximo dia 24 de junho o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense comemora o seu 40º aniversário. Em virtude de esta associação ter a sua Sede situada na freguesia de S. Bento, a respetiva Junta de Freguesia decidiu associar-se a esse evento.

No passado dia 6 de junho, o GFA da TTT atuou numa tourada que se realizou na praça de touros do Campo Pequeno em Lisboa, a convite da respetiva direção que, deste modo,

pretendeu homenagear e felicitar o grupo por estas 4 décadas de existência ao serviço dos aficionados da festa brava.

No seguimento desta homenagem, a Junta de Freguesia de S. Bento propõe um voto de congratulação pelo 40º aniversário do GFA da TTT, desejando-lhes as maiores felicidades na persecução dos seus fins e enormes êxitos nas suas atuações.

O GFA da TTT, no próximo dia 24 de junho, dia do seu aniversário, vai atuar na corrida de touros das nossas festas Sanjoaninas pelo que, a freguesia representada pela sua Junta, estará presente nesta corrida a fim de homenagear e felicitar o grupo pelos seus 40 anos.»

Sra. d. m. Alódia Silva: – O grupo municipal do PSD vai associar-se a este voto.

Sr. d. m. Luís Salvador: – Muito boa noite senhor presidente, senhora presidente da Câmara, senhores deputados municipais, Exmo. público.

Gostaria de lançar um convite à senhora presidente da Câmara para, em representação do município, acompanhar a freguesia de S. Bento no dia 24 de junho próximo a fim de homenagear ou felicitar o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense de acordo com o último parágrafo da nossa proposta.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – O CDS-PP também se associará a este voto.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Voto de Congratulação constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.

3- DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD

3.1 – Recomendação do PSD, para que a Assembleia Municipal se pronuncie no sentido contrário ao da eventual privatização da EDA, rejeitando a mesma, caso tal venha um dia a ser proposto pelo Governo Regional dos Açores.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Estes assuntos de privatizações e serviços, muitas vezes originam alguma polémica e não são muito queridos do partido que eu represento, quando se fala em manter participações e intervenções públicas em determinados setores.

É reconhecido que o custo de produção de eletricidade varia de ilha para ilha e a sua cobertura também mudou drasticamente nos últimos anos. Lembro que, nos anos 90 havia fajãs habitadas em S. Jorge cuja eletricidade era fornecida por gerador durante 2 ou 3 horas por noite. Esta replicação de investimentos nas ilhas por vezes tem sobrecustos, não só na eletricidade mas também noutros setores, como veremos mais adiante.

Pensamos que seria mais útil que houvesse uma empresa de âmbito regional que conseguisse agregar, como a EDA fez há uns 20 ou 30 anos, em que a gestão da eletricidade passou de âmbito municipal para regional; assim, pelo menos em teoria, consegue-se gerir e equilibrar melhor a repartição de custos com uma tarifa única que seja sustentável por todos os consumidores de eletricidade, enquanto um bem de primeira necessidade.

Nesta perspetiva, parece-nos óbvia uma intervenção e uma vertente desse serviço público que, embora não necessite de ser proprietária de 100% do capital, possa garantir o mesmo tarifário em todas as ilhas.

A EDA está abrangida por um protocolo de normalização de tarifário no âmbito do território nacional através da ERSE em que recebe financiamento nacional para assegurar uma proximidade dos tarifários que, nos Açores, a serem regidos unicamente pela estrutura de custos e proveitos da empresa, seriam muito mais caros do que no continente porque, como

referi, a replicação de investimentos que posteriormente não permita diluir o custo, traz um acréscimo de custos de insularidade, uma das características da vivência numa região dispersa em 9 territórios.

Esta proposta do PSD parece-nos fazer todo o sentido para tentarmos salvaguardar estes aspetos num tempo em que, cada vez mais, os critérios de eficiência versus critérios de eficácia começam a tomar conta de decisões que deveriam ser políticas mas que, muitas vezes são pautadas por teores técnicos.

Se a solução fosse técnica não estaríamos aqui a discutir este assunto, uma vez que é muito difícil explicar um investimento em produção de eletricidade numa ilha com 400, 4 000, 50 000 ou numa outra com 125 000 habitantes.

É fundamental a manutenção desta componente de serviço e estruturação pública, embora sem a necessidade do modelo atual com 100% de comparticipação de capital do setor público; pode haver alguma abertura desde que o controlo se mantenha. Genericamente estamos de acordo com esta proposta e votá-la-emos favoravelmente.

Sr. d. m. João Santos: – Concordamos genericamente com o que o deputado Nuno Melo Alves acabou de dizer mas não percebemos o que é que isso tem a ver com esta recomendação que, para nós, é uma fantasia ou uma fábula da terra do nunca.

Então, vamos agora começar a fazer recomendações sobre hipóteses? O primeiro parágrafo é uma lição de geografia: «...os Açores são 9 ilhas e tal e tal». Quanto ao segundo parágrafo, estamos de acordo com o que o senhor deputado descreveu. O terceiro parágrafo relembra uma promessa eleitoral do Partido Socialista e o quarto relembra um compromisso do XI Governo Regional dos Açores.

Quando li isto ainda esperei encontrar algo interessante no último parágrafo mas, na segunda linha deparei-me com o seguinte: «... têm, para a EDA, as quais, aparentemente abrem porta a uma eventual intenção...». Estive para desistir por aqui mas resolvi ler até ao fim pelo respeito que estas coisas me merecem: «...rejeitando a mesma, caso tal venha, um dia, a ser proposto pelo Governo Regional dos Açores.» Estamos aqui a brincar?! Poderíamos trazer centenas ou milhares de recomendações se a lógica fosse esta!

Já agora, não vos querendo dar ideias para mais recomendações estapafúrdias como esta, com estas questões da saúde e a concentração dos serviços em S. Miguel, vamos trazer uma recomendação para que seja rejeitada, caso o governo, um dia se lembre de concentrar todos os departamentos governamentais em S. Miguel.

Por mais que estejamos de acordo com as posições relativas à privatização da EDA, isto só nos merece uma apreciação por se tratar de um documento oficial que deu entrada na Assembleia Municipal porque tudo o resto é caricato. Vamos votar contra esta Recomendação sem, tão pouco, a discutir.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Cabe-me a apresentação desta recomendação; o senhor deputado João Santos disse que não a queria discutir mas acabou de o fazer com a sua intervenção.

Esta preocupação do PSD surge depois de o senhor presidente do governo ter dado a conhecer que estava em curso a realização de um estudo que, apesar de não se cingir à EDA, tem a ver com a gestão do património de empresas públicas; ou seja, a nosso ver, admite-se a hipótese de se privatizar a EDA entre outras empresas.

Quero realçar que o PSD é a favor da diminuição da participação do Estado na economia, devendo funcionar apenas como regulador, intervindo quando necessário para garantir a transparência, a concorrência e os direitos dos intervenientes. No entanto, quando falamos de

uma empresa como a EDA, não podemos pactuar com esta possibilidade de privatização que nos deixa preocupados.

Essa possibilidade está no ar, o que nunca foi desmentido por ninguém do PS. De acordo com a última intervenção que ouvi sobre este assunto, por parte do doutor Berto Messias, o PS não tinha uma posição contra, nem a favor.

O PSD também sabe que o setor elétrico é regulamentado pela ERSE, cujos objetivos são a proteção adequada dos interesses dos consumidores, em particular os mais economicamente vulneráveis em relação a preços, qualidade de serviços, acesso à informação, segurança, abastecimento, entre outras coisas.

Esta discussão também tem sido feita na SATA por causa do serviço público e a ERSE não pode exigir a um privado que construa no Corvo instalações idênticas às de S. Miguel. Ao existir, o que essa empresa privada poderá afirmar é que não lhe interessa que o Corvo tenha as condições e as infraestruturas adequadas desde que tenha luz. A ERSE não pode regulamentar neste sentido, daí esta nossa preocupação de que o serviço público seja garantido.

A EDA também não pode ser equiparada à EDP porque sabemos que existe um mercado concorrencial para a energia a nível nacional. O PS não pode ser contra a privatização de setores estratégicos no continente e votar contra uma recomendação destas.

Sabemos que a posição sobre a privatização não está oficialmente em cima da mesa mas a hipótese existe e esta Recomendação serve para prevenir e evitar a doença porque o remédio sai sempre mais caro.

Sr. d. m. João Santos: – A doutora Rita está vacinada contra a malária? É que, há sempre a possibilidade de contrair a doença. Tudo isso está certo e ninguém discorda mas é uma questão de seriedade e da forma como as pessoas encaram as propostas.

Já discutimos este assunto relativamente aos Votos de Louvor e às atribuições de Medalhas de Mérito. Temos que ter algum cuidado quando fazemos estas coisas para não cairmos no descrédito absoluto.

Estamos apenas a manifestar-nos contra uma Recomendação sobre assuntos meramente hipotéticos, como vocês afirmam. Se nos lembrarmos de discutir sobre todas as coisas que possam vir a acontecer, vamos ter que prevenir; por isso é que lhe perguntei sobre a malária. Com certeza que não está vacinada contra a malária; pois, qual é a probabilidade de a contrair?

Por essa ordem de ideias, a Assembleia Municipal passaria horas a apreciar centenas de recomendações, para prevenir tudo o que de menos bom pudesse vir a acontecer ao concelho de Angra!

Sra. d. m. Rita Andrade: – Com certeza; se tiver que ser assim, seja. Vamos prevenir tudo o que pudermos.

Sr. d. m. João Santos: – Com certeza? Senhor presidente, não quero entrar em diálogo, mas reservaria já 2 dias para a próxima sessão da Assembleia Municipal porque teremos centenas ou milhares de recomendações para discutir.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Penso que não se trata de discutir tudo o que possa vir a acontecer mas, sim, votar algo que ganha contornos políticos. Existem sinais como a própria recusa do senhor presidente do Governo Regional, por diversas vezes, em plenário da ALR, em responder de forma direta e taxativa a esta pergunta.

É preciso que se saiba distinguir os assuntos materialmente relevantes que são aqui trazidos, como este. Quando questionado e confrontado diretamente sobre este assunto, o presidente do

Governo Regional esquivou-se em respostas que já pronunciou sobre esta matéria em 2011 ou 2012; já teve uma posição anterior que nunca repetiu hoje. Digo isto porque vi em primeira mão no plenário da ALR no tempo que lá passei.

A relevância desta proposta não tem nada a ver face com outras passíveis de serem imagináveis ou possam vir a ser perigosas. Se isto não está a ser ponderado, pelo menos está a passar a imagem de que está a ser contemplado devido à inação do próprio Governo Regional.

Concordo com as apreciações que o deputado João Santos fez em não estarmos aqui a discutir tudo o que possa vir a ser mal feito pelo Governo ou pela Câmara mas, quando existem sinais políticos nebulosos de que algo possa vir a acontecer, talvez seja útil que ajamos proactivamente e tomemos uma posição preventiva. É essa a razão pela qual o CDS-PP se pronuncia sobre esta recomendação.

Têm existido sinais de que algo está a ferver sobre esta matéria sem que sejam desmentidos cabalmente e de forma perentória que convença os terceirenses. Não se trata de futurologia, mas sim de uma forma de estar na política.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.1 foi rejeitada** com 19 votos contra (18 do PS, 1 do deputado independente) e 13 votos a favor (11 do PSD, 2 do CDS-PP).*

3.2 - Recomendação do PSD para que, a Assembleia Municipal exprima formalmente o seu desacordo e rejeição face a uma proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, claramente lesiva dos interesses do Concelho de Angra, que todos os eleitos da Assembleia, legitimamente representam.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Não vou ler esta recomendação porque o assunto tem sido sobejamente falado e participado como constatámos pela excelente participação do doutor Mário Toste.

Têm sido publicados vários artigos muito bem fundamentados, manifestando-se contra esta proposta de reestruturação e a própria sociedade civil tem-se manifestado também contra, através de uma petição que anda a circular na internet.

É preciso referir que a população das restantes ilhas açorianas está também contra esta proposta do governo que uniu todos os profissionais ligados à saúde e os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Além de tudo o que foi dito acerca do hospital de Santo Espírito, a proposta arrasa completamente o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo que passa a ser apenas uma unidade básica de saúde, ou seja, é reduzido ao nível de um posto de saúde como os que existem nas Casas do Povo.

O documento padece de um grave erro quanto à população a servir pelo centro de saúde, fazendo constar a população da freguesia de S. Bartolomeu e omitindo as populações das freguesias de Santa Luzia e da Conceição.

Esta desclassificação não faz sentido à luz de qualquer lógica que se tente encontrar, pois a perda de serviços vai desvalorizar o Centro de Saúde de Angra e a sua prestação de cuidados primários à população do maior concelho da ilha Terceira.

Importa ainda frisar que esta proposta não contém nenhum estudo que a sustente e não apresenta um estudo económico que represente o atual esforço financeiro da sua sustentação nem os ganhos que tal reestruturação importa.

Tudo isto é contrário à propagada proximidade dos serviços de saúde junto da população que consta do programa eleitoral do PS. Passo a citar a página 152 do programa do XI governo relativa ao serviço público de saúde: «*Queremos uma saúde de e para todos com melhores níveis de acessibilidade à medicina geral e familiar, à medicina preventiva, bem como, melhorar o acesso aos cuidados de saúde hospitalares nas diferentes especialidades, reduzindo os tempos de espera e os cuidados continuados e paliativos, quer estes sejam prestados ao domicílio, instituições ou unidades de saúde.*»

Temos vindo a assistir nos últimos anos a uma forte concentração de disponibilização de serviços e do poder decisório na ilha mais populosa enquanto vão diminuindo os recursos económicos e a população nas outras ilhas, o que resulta no constrangimento das instituições e na tristeza e angústia das populações.

Foi contra a centralização do poder no Terreiro do Paço que todos os açorianos das 9 ilhas dos Açores exigiram uma autonomia, para que, harmoniosamente, se pudessem desenvolver no espírito solidário, no equilíbrio do poder, na diversidade das nossas ilhas e nas calamidades da nossa região.

Este plano abala profundamente o sistema autonómico por que lutámos; por isso rejeitamos esta proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde por lesar claramente os interesses da população da ilha Terceira.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Bom, confesso que estou com as orelhas a arder com estas questões da reestruturação do Serviço Regional de Saúde porque tenho mulher médica em casa e colegas que lá vão e as últimas semanas têm sido extremamente quentes em discussões e explanações de ideias em relação à proposta em questão.

A intervenção do senhor doutor Mário Toste foi muito elucidativa quanto aos vícios desta reforma, cuja discussão leva a juízos de valor e faz com que, qualquer um de nós que tenha alguma experiência de vida, admita a ideia de que, pelo menos em teoria, se movem por aqui alguns interesses obscuros de centralidade do Serviço Regional de Saúde no extremo do arquipélago.

Parece-me que devemos considerar o esvaziamento do arquipélago em direção a Ponta Delgada, embora a minha bondade e relativa ingenuidade, quando acredito nos homens, ainda me façam duvidar dessa maldadezinha construída porque, em bom rigor, não se vislumbram aqui critérios de natureza política e técnica que justifiquem estas alterações.

Falou-se aqui do Centro de Saúde de Angra onde a minha mulher trabalha, que, segundo esta reestruturação, ficará transformado em pouco mais do que um posto de socorros. Imaginem que a população do concelho de Angra, segundo dizem o segundo maior dos Açores, ficará com um Centro de Saúde básico.

A cidade de Angra do Heroísmo, património mundial da UNESCO e da humanidade, que até arranjou agora uma bandeira nova (que afinal era a sua bandeira antiga), e recupera a sua dignidade histórica, vê o centro de saúde e, quiçá, outros mais serviços, rebaixados para segunda categoria com os consequentes prejuízos para a população.

Sem entrar em questões de natureza meramente técnica que me escapam completamente, como cidadão, sinto que o processo não tem lisura, transparece má-fé ou grande ingenuidade. Não se fazem reformas destas, quer no ensino, quer na saúde, que são 2 áreas nucleares da sociedade onde as reformas se fazem com as pessoas e com os profissionais, demonstrando a eficiência das ideias propostas. Estamos perante o iluminismo e a clarividência pouco racional de alguns que apresentam soluções que fazem com que todos os intervenientes contestem as propostas apresentadas.

Sou visceralmente contra isto. Aceito que se reformule e que se façam estudos a sério, aceito que se comprometa a sociedade, os técnicos e toda a gente na discussão, mas não desta maneira.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, boa noite a todos.

O grupo parlamentar do PS votará contra esta proposta do PSD por não concordar com algumas afirmações nela contidas; todavia, associar-nos-emos à proposta do CDS-PP que nos parece bastante mais ponderada. Concordamos com grande parte do que disse o doutor Mário Toste sobre a questão da saúde e teríamos eventualmente outras questões a acrescentar.

No seu prefácio, começa por referir que se trata de uma proposta aberta à discussão pública. Se assim fosse em tudo o que se está a fazer na república, as coisas não teriam chegado ao ponto que chegaram.

Reconhecendo as fragilidades dessa proposta desde o primeiro momento, houve sempre uma abertura para a discutir e o trabalho que o governo dos Açores tem feito nas diversas ilhas, com diversos órgãos, é também uma manifestação dessa vontade de a discutir.

Todos podemos considerar que a proposta não está elaborada nas melhores condições, quer do ponto de vista técnico, quer político e está a virar açorianos contra açorianos. Não somos 9 países diferentes; somos 9 ilhas que constituem uma realidade arquipelágica.

Da mesma forma que nós estamos com sérias dúvidas em relação à bondade dos micalenses, se calhar, os faialenses também estão com dúvidas sobre a bondade dos terceirenses e dos micalenses e os graciosenses poderão ter dúvidas em relação à bondade de todos os outros.

Aprovaremos a proposta do CDS-PP por princípios que nos parecem fundamentais, nomeadamente a manutenção dos serviços do hospital de Angra e a manutenção dos cuidados primários de saúde descentralizados nas freguesias e esperamos que isto não sirva para lançar açorianos contra açorianos.

No meio da minha ingenuidade, como membro mais novo desta Assembleia, não quero acreditar em cabalas de S. Miguel mas ficou aqui registada para a posteridade, uma conversa que teve lugar há muitos anos e que eu considero politicamente relevante. Também nós devemos tirar as devidas ilações desse tipo de interpretações.

Devemos defender o nosso concelho e a nossa ilha mas, acima de tudo, devemos defender a nossa região. Não estou a ver entidades que estejam a defender a região acima de tudo e um plano integrado para essa reestruturação da saúde; vêm-se muitas entidades e diferentes grupos de pressão a defenderem realidades muito concretas.

Sra. presidente da Câmara: – Embora estejam a ser discutidas propostas dos partidos e a Câmara não vota, achei que seria importante esclarecer que foi votada por unanimidade em reunião de Câmara uma proposta rejeitando este documento que está à discussão.

A Câmara Municipal deliberou que reunirá com diferentes entidades do concelho para produzir um documento a apresentar ao Governo Regional, explicando as razões da sua discordância e o que acha que se deveria fazer.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – A intervenção do senhor deputado Fábio Vieira deixou a ideia de que a nossa proposta defende qualquer tipo de separatismo. Senhor deputado e caríssimos membros da Assembleia, temos que chamar os bois pelos seus nomes porque, sempre que se fala em alterações de serviços, o nosso povo diz que lá vão mais coisas para S. Miguel.

Lembro que, há uns anos, o conselho de administração da LOTAÇOR estava dividido por 3 ilhas; era constituído por 1 membro de S. Miguel, 1 da Terceira e outro do Faial. O membro

de S. Miguel, por ser da ilha maior, não tinha o poder de mandar nos restantes. O desenho do conselho de administração da EDA era praticamente idêntico ao da LOTAÇOR.

Sentimos que o poder da Terceira vai sendo cada vez mais esvaziado e se não falarmos claramente contra o centralismo numa ilha, a nossa autonomia deixa de valer a pena. A autonomia dos Açores surgiu pela necessidade dos açorianos conduzirem os seus destinos por conhecerem a sua realidade melhor do que os senhores do Terreiro do Paço.

A Assembleia Legislativa Regional foi fixada no Faial com umas secretarias aqui e ali e as coisas vão mudando aos poucos. Lembro o caso do avião da SATA que estava estacionado na Terceira e foi levado para S. Miguel porque incomodava muita gente.

Os terceirenses têm que dizer abertamente que não a respeito da questão do centro hospitalar; temos que dizer que não aceitamos isso porque leva ao esvaziamento da ilha Terceira e à redução ou eliminação do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo.

Visto a camisola de angrense e, se fosse preciso, votaria contra o meu partido porque a nossa terra está primeiro que tudo...

(Aplausos do público presente).

Sr. presidente da Mesa: – O público não se pode manifestar em circunstância alguma. Peço desculpa mas as regras são para serem cumpridas.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Não podemos esconder as coisas e temos que zelar pelos nossos interesses. Apelo à bancada do PS para que alinhe connosco porque temos que bater o pé e quem está lá fora tem que perceber que temos aqui representantes que compreendem o que se está a passar.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Este documento contém uma enorme falácia ou erro de princípio na sua elaboração porque considera que são fatores externos ao Serviço Regional de Saúde, as questões como a geografia e a demografia quando são estes que justificam a existência de um serviço regional de saúde. Esses fatores permitem-nos aplicar melhor os fundos e os serviços públicos direcionados para servirem uma população dispersa por 9 ilhas.

Este documento aponta soluções que podem apresentar uma aparente eficiência mas fazem tábua rasa desta realidade insular porque se perdem em análises de rácios e indicadores da OMS ou outras organizações. Se levarmos estes indicadores à letra, talvez não teremos um sistema de saúde regional nem nacional porque é difícil de garantir um limite mínimo de proficiência médica nalgumas situações para que as pessoas possam ser devidamente tratadas nos Açores. Estamos a 900 milhas da costa continental portuguesa, dos hospitais e dos tratamentos médicos dos portugueses do continente e sujeitos a um transporte que não depende de nós.

Como referi há pouco na análise do documento da EDA, os sobrecustos e as diferentes necessidades justificam a existência de um serviço regional de saúde que compreenda que esta dispersão geográfica é a primeira à qual tem que ser dada resposta. É este o primeiro assunto que deve ser analisado numa política de proximidade e de acessibilidade imediata em situações de urgência.

Além destas considerações, como já foi referido pelo Dr. Mário Toste, este documento apresentado pelo Governo Regional não faz um diagnóstico nem aponta soluções a algumas reclamações que constatamos no dia-a-dia, como por exemplo a relação entre o setor público e o setor privado, que tem que ser o mais transparente possível em benefício de ambas as partes, sobretudo dos utentes. No que toca a serviços de saúde, a colaboração é preferível à concorrência entre o setor público e o privado.

Este documento não responde ao excesso de uso das urgências hospitalares nas ilhas onde existem hospitais, que são entupidas com situações que nada têm a ver com urgências.

Há uns anos introduziu-se nos Açores o sistema de triagem de Manchester, atribuindo à maioria dos utentes uma fita azul ou verde. Esses utentes poderiam ser atendidos num centro de saúde com um sistema de consultas e acessibilidade mais fácil e este documento aponta no sentido contrário.

A redução de horários e dos centros de saúde na Terceira, que podem dar vasão ao excesso de afluência desnecessária nas urgências, faz com que a situação se agrave ainda mais com a redução dos serviços alternativos.

É óbvio que nem todo o documento é mau porque contém questões positivas, como por exemplo o recurso aos *call centers*, que parecem ter funcionado bem a nível nacional e poderão ajudar também na região.

A proposta perde-se em considerandos técnicos, o que é grave, porque, como referi há pouco, uma vez que fossem tomadas decisões técnicas, no caso da EDA não teríamos eletricidade no Corvo e, possivelmente, não teríamos população em 8 das 9 ilhas açorianas; estaríamos a ser regidos por um critério selvagem porque não haveria distribuição de rendimentos.

Se nos baseássemos em critérios técnicos não precisaríamos de assembleias municipais, do regime autonómico ou de quadros políticos para tomarem decisões em prol das populações, da eficácia da prestação de serviços e da defesa de direitos de cidadania, por vezes com custos acrescidos. Às vezes esses custos existem e são inevitáveis mas é preciso distinguir os desperdícios dos custos da insularidade; nisso, esta proposta falha redondamente.

Sr. d. m. João Santos: – Oh, senhor deputado! Esse seu discurso meio eleitoralista e comicieiro era absolutamente dispensável. Estes socialistas que estão aqui sentados, os da Assembleia Legislativa Regional e muitos outros por essa região fora, já se manifestaram relativamente à proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Ouvimos aqui o Dr. Mário Toste que, de uma forma brilhante e tecnicamente correta, disse o que certamente estaria no espírito de todos e o meu colega Fábio Vieira também já se manifestou relativamente a este assunto.

Já dissemos que vamos votar favoravelmente a proposta apresentada pelo CDS-PP mas somos contra a forma como o PSD apresenta este documento e os senhores tentam fazer disto uma espécie de manifesto pré eleitoral. Não é a mania da perseguição, Dra. Rita Andrade.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Isso é a defesa da nossa terra.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado, está a dizer que o documento do CDS-PP não defende a nossa terra?

Sra. d. m. Rita Andrade: – Claro que sim. Não percebo é porque não votam favoravelmente as 2 recomendações...

Sr. d. m. João Santos: – Entendo que não perceba. No 2º parágrafo, os senhores dizem que não querem fazer desta questão uma guerrilha político-partidária; no parágrafo a seguir imiscuem-se na vida interna do partido e contradizem-se em quase todos os outros parágrafos.

Ainda hoje eu comentava com o Dr. Ricardo que esta questão Terceira/S. Miguel tem muito que se lhe diga. Há cerca de um ano viajei várias vezes para S. Miguel por motivos profissionais. Como as reuniões começavam às 09h30, tive que viajar de véspera e dormir lá. Ou tenho um tremendo azar ou deixou de haver voos para aquela ilha no início da manhã.

Isto irrita-me profundamente porque foi tempo desperdiçado em horas de serviço, além das complicações familiares. O que me espanta é não aproveitarmos esta questão para fazermos exatamente o que os senhores dizem que não querem fazer: uma guerra político-partidária.

Este documento, não! A reestruturação do Serviço Regional de Saúde como foi inicialmente apresentada pelo Governo Regional, também não! A proposta em discussão e o debate aberto que nada tenha a ver com proposta final, sim! Abertura a tudo, sim; a recomendação do PSD nestes termos, não. A outra será discutida dentro em breve, voltaremos a ter novos argumentos, se necessário for.

Sr. d. m. Manuel Gabriel Gomes: – Boa noite, Exmo. senhor presidente, Exma. Câmara, senhores deputados. Vou fazer uma proposta que pode parecer absurda mas proponho que o PSD retire a sua proposta e subscreva a do CDS-PP para que seja aprovada por unanimidade. Assim, teríamos mais força e não teríamos uma proposta aprovada e outra recusada.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Esta tomada de posição foi uma reflexão interna dentro do PSD e, como sabe, já apresentei essa proposta com essa argumentação no Conselho de Ilha. O PSD vai seguir essas linhas mestras da recomendação porque, o que está aqui em causa são as conclusões na parte final que nada têm a ver com as considerações iniciais. Podem não estar de acordo com elas mas são constatações de factos.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.2 foi rejeitada** com 15 votos contra do PS, 3 abstenções do PS e 12 votos a favor (11 do PSD, 1 do deputado independente).*

4- DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 – Recomendação do CDS-PP, no sentido de a Assembleia Municipal se pronunciar favoravelmente à instalação, na ilha Terceira, da base operacional da SATA Internacional, recomendando ao Governo Regional que, em conjunto com a administração da SATA, tome as diligências necessárias para que, em caso de transferência da base da SATA Internacional de Lisboa para os Açores, esta passe a ser no Aeroporto das Lajes na Ilha Terceira.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Esta Recomendação surge na sequência de declarações do Governo Regional que anunciou que estaria a ponderar a deslocação da Sede operacional da SATA Internacional para fora de Lisboa, trazendo-a para os Açores. Não sabemos qual a ilha de destino mas, olhando para o mapa e para a dimensão dos aeroportos, dá para entender que existem 2 estruturas aeroportuárias nos Açores capazes de receberem uma frota da natureza da SATA Internacional; são elas, as de Santa Maria e das Lajes na ilha Terceira.

Todos conhecem a situação da base das Lajes com a previsão de uma redução de operações, apesar das tentativas de, através do senado dos Estados Unidos, se adiar ou inverter decisões que já estão planeadas e o cenário que temos pela frente poderá revelar-se num desastre do ponto de vista económico e social da ilha Terceira.

Se os assuntos de política externa ou do foro militar são tratados ao nível da república, é óbvio que os concelhos da ilha Terceira serão os mais afetados pelo impacto da redução da presença militar norte americana na base das Lajes. Há um orçamento regional e um orçamento municipal na Praia da Vitória e existem mecanismos ao alcance da autonomia que, se calhar, devem ser utilizados para minimizar os impactos negativos desta situação.

Se o Governo Regional está a ponderar retirar a Sede operacional da SATA Internacional de Lisboa para a colocar noutra sítio que não seja a ilha Terceira, é um sinal gravíssimo e claro da sua falta de preocupação em relação ao que poderá vir a acontecer na base das Lajes.

Não cabe na cabeça de ninguém que o Governo Regional não aproveite este mecanismo no seio de uma empresa pública com 100% de capitais públicos regionais, para mitigar o impacto resultante desta redução dos efetivos militares norte-americanos na base das Lajes.

Seria um grave insulto se o Governo Regional tomasse a decisão de colocar a frota da SATA Internacional no aeroporto de Ponta Delgada e, logo a seguir, inscrevesse uns quantos milhões de euros no orçamento regional para alargar a placa daquele aeroporto por falta de espaço para a acomodar.

Sr. d. m. João Santos: – O Partido Socialista concorda com esta recomendação mas pretende ir mais além; gostaríamos de ver retiradas deste documento, todas as referências feitas à redução do contingente americano na base das Lajes e passo a explicar porquê.

Como sabem, apesar de, o senhor presidente do Governo já ter dito que devemos ouvir as notícias com muita cautela, há posições dentro do senado americano que levam a que qualquer decisão a respeito desta matéria só seja tomada lá para o fim do ano.

Não fazendo futurologia, não pretendemos pronunciar-nos sobre um assunto extremamente sensível que ainda está em discussão. Como referi, o próprio presidente do Governo disse que devemos encarar essas notícias com muita cautela.

O grupo municipal do Partido Socialista entende que, independentemente da possível redução do contingente da base das Lajes, a deslocalização de serviços da SATA Internacional de Lisboa para os Açores, só pode ser feita para a Terceira.

Se atravessamos uma época de contenção e se a meta é a redução de custos com a maximização e otimização de serviços, é-nos absolutamente inconcebível aquele encadear de acontecimentos de que o senhor deputado falou há pouco; ou seja, não vamos colocar a frota numa estrutura sem estrutura e depois vamos criar a estrutura para montar a estrutura. Se há um local que, pelas suas condições, é o mais favorável para acomodar estes serviços, a discussão termina por aí sem colocarmos qualquer outra hipótese.

Por um lado, votaríamos favoravelmente esta Recomendação por ser um assunto em discussão e, por outro, não queremos associar a isto uma causa/efeito. Pretendemos demarcar bem que, a deslocalizarem-se para os Açores, os serviços da SATA Internacional devem ser colocados na Terceira.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Compreendo e concordo com o senhor deputado João Santos mas o quadro atual da base das Lajes é mais uma razão a aduzir. Não temos qualquer problema em alterar um pouco este documento para contarmos com a sua aprovação.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação com as alterações sugeridas, a Recomendação constante do Ponto 4.1 foi aprovada por unanimidade.

4.2 - Recomendação do CDS-PP, no sentido de a Assembleia Municipal se manifestar contra a proposta do Governo Regional de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Desde que o Partido Socialista está no Governo Regional, tem-se tornado mais reveladora esta tendência para a existência de políticas que conduzem à concentração de serviços, empreendimentos e investimentos na ilha mais populosa dos Açores em detrimento de todas as outras.

Tratando-se de dinheiros públicos, à partida, os investimentos devem ser feitos nos locais mais pobres ou com mais dificuldades porque o setor privado e o mercado têm interesse em chegar aos locais mais ricos e com menos dificuldades.

As políticas e as estruturas do Estado ou da Região servem para resolver problemas e não para terem comportamentos de mercado porque, se assim fosse, não precisaríamos delas. Esta lógica que tem acontecido nos transportes aéreos vem condicionar a estruturação de outro tipo de políticas como referiu o Dr. Mário Toste.

Se um doente que viaje das Flores para a Terceira tem que permanecer várias horas no aeroporto da Horta, podendo voar para S. Miguel diretamente, é óbvio que prefere ser tratado o mais rapidamente possível e pela ligação mais direta.

Este modelo aqui apresentado não é descabido nem desprezado das outras opções políticas que têm vindo a ser tomadas ao longo dos últimos anos com alguma passividade e insuficiente resistência contra estas concentrações, por parte das outras ilhas, incluindo a Terceira.

Nestes e noutros casos, a lógica da região não se pode sobrepor à lógica da ilha. Quando a região era governada em 3 distritos, as desigualdades entre as ilhas eram muito menores do que hoje. É triste recordarmos isso, porque ninguém quer voltar a esses tempos mas talvez a organização democrática esteja a falhar na única função da política que é a de levar o desenvolvimento às zonas mais fracas onde o mercado não tem a capacidade de intervir.

Há poucos dias, o Dr. Reis Leite, num debate em que esteve presente o senhor Secretário Regional, teve uma capacidade de síntese muito grande em relação aos receios que pairam à volta deste documento. Ele disse que o documento está a ser contestado porque as pessoas na maior parte das ilhas já sentem que têm pouco em termos de saúde e outros serviços e desconfiam desta proposta, porque o pouco que têm está a ser-lhes retirado por conta de uma concentração na ilha de S. Miguel.

Este documento deve ser liminarmente rejeitado nos termos em que está a ser apresentado. São aqui referenciadas as tais questões de casuística mas a proficiência médica pode ser obtida de várias formas.

Havia um médico do hospital de Angra, já falecido, que todos os anos passava algum tempo noutros hospitais do continente a exercer a sua prática cirúrgica para se aperfeiçoar noutras técnicas, ganhar outra rodagem e contactar com novas metodologias de trabalho.

A concentração pode ser dispersa pelos 3 hospitais para uma complementaridade efetiva e podem ser aqui analisadas outras filosofias. Este documento não faz a rotura com o que existe no momento e deve criar-se um modelo mais adequado ao que necessitamos.

Em tempos falou-se num modelo de replicação por força de catástrofes ou outras necessidades, espelhando em Angra, numa escala mais pequena, o que existe em Ponta Delgada. Há outras alternativas que certamente serão mais saudáveis para os açorianos.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Acho que a questão do debate sobre a reestruturação do SRS tem aflorado uma questão que está a montante dessa reestruturação e tem a ver com a própria posição estratégica de cada ilha no contexto regional. Discordando um pouco com o senhor deputado Nuno Melo Alves, acho que as questões de ilha devem ser sempre analisadas num cenário regional.

Não sei se o senhor deputado Guilherme Melo conhece as questões do desenvolvimento e de geografia regional mas nunca podemos ter modelos da área da saúde, ou de outra qualquer, que não interpretem que somos 9 ilhas separadas entre si por 600 km. Nas áreas estruturantes deve haver sempre uma complementaridade entre os diversos serviços.

Discordamos com o que está no documento e voltamos a afirmar que somos apologistas de que se mantenham as especialidades e os cuidados de saúde primários no hospital de Angra mas não podemos concordar com tiradas absolutamente populistas quando diz que defende a sua terra.

Para defendermos a Terceira, temos que defender os Açores porque a Terceira não se defende por si própria. Já nos basta sermos 9 ilhas e não precisamos que cada um de nós seja mais uma para não nos transformarmos em 250 000 ilhas. Essa sua postura e a proposta do PSD é populista e demagógica, por isso entendemos que a proposta do CDS-PP tem muito mais valor do que a do PSD.

Sr. d. m. João Santos: – Reafirmo o que disse há pouco. Para nós esta não é uma questão política, nem bairrista, nem tão pouco, apesar da sua importância, deve ser uma questão económica; trata-se, sobretudo, de uma questão social, por isso partilhamos no essencial todas as opiniões aqui deixadas.

Votaremos favoravelmente esta proposta mas sugerimos ao CDS-PP que se façam algumas pequenas alterações para retirarmos daqui o que é eminentemente político-partidário...

Sra. d. m. Rita Andrade: – Querem que se retire o que é agressivo para o governo.

Sr. d. m. João Santos: – Agressiva para o governo tem sido esta proposta...

Sra. d. m. Rita Andrade: – A que eles apresentaram... É agressiva para os Açores.

Sr. d. m. João Santos: – Queremos deixar aqui bem claro que não somos contra uma reestruturação do Serviço Regional de Saúde; somos contra aquela proposta que foi inicialmente apresentada.

No 5º parágrafo desta Recomendação, pensamos que o «atroz» é um bocadinho forçado, digamos assim. No último parágrafo desta primeira página, «... considerando que a diminuição do nível de assistência médica no concelho de Angra do Heroísmo penaliza fortemente os utentes, colocando em causa o mais básico direito à saúde...».

Na Recomendação em si, deveria constar da seguinte forma: «Assim, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo manifesta-se contra a proposta apresentada pelo Governo Regional de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.» Assim fica claro que é contra esta Proposta e não contra a reestruturação do S.R.S.

Se estas alterações forem aceites, o grupo municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta recomendação.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Em resposta à intervenção do senhor deputado Fábio Vieira, quanto a mim, a união entre as 9 ilhas dos Açores começa quando cada um defende a sua ilha e só depois é que devemos ser solidários uns com os outros. S. Miguel, sendo a ilha maior, não se pode comportar como o irmão mais velho que vai mandar nos restantes 8.

Há aqui muita gente do tempo da ditadura e dos 3 distritos. A nossa autonomia custou-nos muito a ganhar e não podemos passar de uma centralização em Lisboa para outra em S. Miguel; isso tem que ser assumido pela Terceira de uma vez por todas! Tenho pena da vossa posição contra de há pouco porque a Câmara percebeu isso por unanimidade.

Os terceirenses votam em nós para defendermos a nossa terra e não para defendermos as cores do nosso partido. Com essas alterações, os senhores querem pôr isso tudo cor-de-rosa! Parece que estão com medo do chefe e não o querem confrontar demasiado.

Vocês têm que assumir aqui expressamente que esta proposta vai contra o que os senhores puseram no programa eleitoral e foi votado por maioria absoluta. Em lado algum deste programa é referida essa proposta de reestruturação!

Não temos que andar aqui com palavras mansas! Estamos contra a questão do Centro Hospitalar dos Açores, contra o fim dos 3 hospitais e contra a retirada de todo o poder do 2º maior centro de saúde dos Açores que é o de Angra do Heroísmo.

Temos que chamar os bois pelos seus nomes, não quero saber que me considerem populista porque, primeiro que tudo, quero defender as pessoas. O Serviço Regional de Saúde ganhou muito com as propostas do PS e agora estão a retirar.

Sr. presidente da Mesa: – Chamo a atenção dos senhores deputados que não fica bem a ninguém voltar a chover no molhado a estas horas da noite. Já se debateu esta Proposta e não vale a pena repisar o debate que já foi feito.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Parece-nos aceitável a retirada de uma expressão adjetivada e a inclusão de uma ou outra precisão, tendo em conta a unanimidade à volta desta Recomendação.

Em nosso entender, é muito importante que a Assembleia Municipal se pronuncie contra esta Proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde que está em cima da mesa e foi apresentada pelo senhor Secretário Regional nas diversas ilhas.

Sr. d. m. João Santos: – O senhor deputado Guilherme vai-me desculpar mas não está a ser sério no que está a dizer. O senhor está a acusar-me de querer fazer alterações neste documento para agradar ao chefe? Qual chefe? O que é que desapareceu daqui? Está aqui escrito 7 vezes «*governo regional*» e 4 vezes «*Partido Socialista*»; o que é que eu tirei daqui? A única coisa que pretendi foi clarificar que este documento é contra aquela Proposta e não contra a reestruturação do S.R.S.

O senhor sabe melhor do que ninguém que houve uma posição unânime por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo mas não está aqui espelhada a 100% nem está feita desta forma.

Conheço a posição que foi tomada por unanimidade na Câmara Municipal e a posição que, eventualmente será tomada por unanimidade, segundo os senhores disseram, também está aqui. Isto é uma coisa, o que a Câmara aprovou é outra e o que os senhores queriam aprovar é ainda outra coisa.

Eu não lhe disse que era populista; disse-lhe que era eleitoralista. Era isso que o senhor estava a querer fazer e não permitimos que fizesse. A defesa dos interesses da Terceira e do concelho de Angra está aqui.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação com as alterações sugeridas, a Recomendação constante do Ponto 4.2 foi aprovada por unanimidade.

5 – DA JUNTA DE FREGUESIA DA TERRA CHÃ

5.1 – Recomendação da Junta de Freguesia da Terra Chã, no sentido de a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo efetuarem todas as diligências para que a SPRHI efetue o pagamento da verba à Junta de Freguesia da Terra Chã.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Exmo. presidente da Assembleia e restante Mesa, Exma. senhora presidente da Câmara e restante vereação, Exmos. senhores deputados municipais e Exmo. público, boa noite a todos.

Esta Recomendação vem no seguimento da questão referente ao pagamento da dívida da SPRHI à Junta de Freguesia.

Considerando que no dia 19 de junho de 2012 foi aprovada nesta Assembleia uma recomendação relativa à regularização do pagamento em dívida por aquela entidade à Junta de Freguesia da Terra Chã no que se refere à manutenção das zonas verdes e de limpeza dos arruamentos do bairro social da Terra Chã;

Considerando que, até ao momento não foi feito qualquer pagamento ou houve qualquer comunicação por parte da SPRHI para com a Junta de Freguesia;

Considerando que os pagamentos em questão se referem ao período entre janeiro e agosto de 2010 e considerando que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo já deu conhecimento formal e por escrito à SPRHI, quer do Voto de Protesto, quer da Recomendação relativos à situação em questão;

Considerando ser do conhecimento público que a SPRHI recebeu recentemente com o aval do Governo Regional, um saneamento financeiro no valor de 22 000 000,00€, a Junta de Freguesia da Terra Chã propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo que recomende à Câmara Municipal para que ambas as instituições efetuem todas as diligências que estiverem ao seu alcance e das suas competências, no sentido de ser efetuado pela SPRHI o pagamento da verba devida por esta sociedade do setor empresarial regional à Junta de Freguesia da Terra Chã.

Sentimos que a freguesia da Terra Chã está a ser lesada e consideramos que a SPRHI não teve respeito pela Assembleia Municipal visto que foi aprovada por unanimidade uma Recomendação na reunião desta Assembleia que decorreu no dia 19 de junho de 2012 na minha freguesia da Terra Chã.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor presidente de Junta, nós estamos à vontade para falar desta matéria porque, se bem se recordam, tratou-se de uma proposta nossa, mas pergunto-lhe que mais se pode fazer em termos de Assembleia Municipal ou de Câmara Municipal.

Entendemos que as pessoas de bem regularizam as suas dívidas. Propusemos a Recomendação e votámo-la por unanimidade para que fosse paga a dívida para com a Junta de Freguesia da Terra Chã e votaremos também esta favoravelmente mas, quando fala em «todas as diligências», pergunto-lhe se há algo mais que se possa fazer.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Procurando responder ao senhor deputado João Santos, se calhar, podemos insistir na Recomendação para que este pagamento seja efetuado. Recordo que apresentámos uma Proposta sobre a colocação de sinalética na zona industrial de Angra do Heroísmo que foi aprovada e, passados 2 ou 3 anos, começam a aparecer alguns sinais de indicações de vias e alguns postes de iluminação.

Lembro uma outra Proposta, aprovada nesta Assembleia por unanimidade por 2 vezes, referente à substituição da calçada vermelha e amarela dos passeios do Caminho do Meio de S. Carlos que caiu em saco roto e não surtiu qualquer efeito.

Não podemos exercer a cobrança desta dívida a favor da Junta da Freguesia mas podemos fazer mais uma força política a favor da sua aprovação, à semelhança do que fizemos há um ano atrás na sessão de junho.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor presidente, gostaria de lhe perguntar quando foi a última vez que falou com a SPRHI.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Nunca mais falei com eles, a não ser através de um ofício que mandamos e nunca obtivemos resposta. Acho que é uma falta de respeito por parte de uma empresa que recebe dinheiros públicos...

Sr. presidente da Mesa: – Sem querer entrar no debate, como é meu hábito, o senhor presidente interrogou-me na última reunião da Assembleia e eu disse-lhe que tinha falado com

o senhor presidente da SPRHI. Era suposto que o senhor presidente da Junta se dirigisse ao senhor presidente da SPRHI e se entendesse com ele.

Não podemos falar por terceiros quando a Junta de Freguesia sabe que o presidente da empresa se encontra cá, é de cá e o senhor sabe quem é e pode abordá-lo facilmente. Julgo que essa seria a primeira coisa a fazer, independentemente de aprovarmos aqui o que quer que seja. A sua diligência é fundamental para que isto se resolva.

Essa carta foi enviada há um ano e eu disse numa reunião posterior que tinha abordado o senhor presidente da SPRHI sobre este tema e que ele estava na disposição de falar consigo.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Não foi bem assim que o senhor presidente disse. Questionei-o e o senhor disse que o senhor presidente da SPRHI ia reunir comigo na semana seguinte. Digo-lhe mais uma: há uma semana e pouco ele esteve na caixa multibanco da Junta de Freguesia, dá-me a impressão que me viu na porta e foi-se embora. Conheço bem o senhor.

Sr. presidente da Mesa: – Eu disse-lhe que o senhor estava disposto a falar consigo, o senhor viu-o e não o abordou. Não creio que o senhor presidente da SPRHI tenha saído a fugir da Junta. O senhor sabe quem ele é, nunca o abordou e não sei do que está à espera para o fazer.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Na última Assembleia, o senhor presidente disse que ele vinha à Terceira para reunir comigo...

Sr. presidente da Mesa: – ... Que estava disponível para reunir consigo sobre este tema. O que eu disse sobre essa matéria está registado em ata.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Já comuniquei com o senhor presidente da SPRHI por ofício há quase 2 meses e não obtive resposta.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Parece-me que o presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã não tem que andar a pedir uma coisa que lhe é devida. Já houve muita tinta derramada sobre o assunto e parece que a própria SPRHI já compreendeu que tem que pagar, pelo menos até ao momento em que mandou suspender.

Quanto às diligências sugeridas pelo senhor deputado João Santos, talvez a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal possam oficializar para que o pagamento seja efetuado o mais rápido possível.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado, o senhor não está a acrescentar nada de novo ao debate. Fez ontem um ano que reunimos na terra Chã em que essa questão foi levantada e foi oficiado à SPRHI. Entretanto mudou o governo e depois da tomada de posse do atual governo e de saber quem era o presidente da SPRHI, eu próprio fiz a abordagem e disse numa Assembleia ao senhor presidente da Junta que ele estava disposto a falar com ele; peço desculpa mas agora é ele quem tem que o procurar.

Não me venham dizer que o presidente da Assembleia é que tem que procurar novamente o senhor presidente da SPRHI. Se o senhor o viu à porta da Junta de Freguesia da terra Chã, porque é que não aproveitou para falar com ele?

Senhor deputado Guilherme Melo, quem não anda atrás daquilo que lhe interessa, não o vai conseguir através de outros.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Quando ele era diretor regional estive mais de um ano à espera para ter uma reunião com esse senhor.

Sr. presidente da Mesa: – O senhor não está a acrescentar nada de novo; o problema não é da Assembleia Municipal. Quem quer, espera e não sai do sítio sem falar com a pessoa. Se eu quiser falar com uma pessoa, não a deixo sair.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado Nuno Melo Alves, preocupa-me quando diz que se devia fazer mais uma insistência, espero que não seja necessário esperar 2 anos para se pagar uma dívida. Receio que comecemos a andar ao contrário e a partir de pressupostos errados.

Eu tinha entendido que, desde a última vez em que esta questão foi colocada há um ano, até agora, tinham sido feitas inúmeras diligências por parte da Junta de Freguesia, que se tinham revelado infrutíferas e levaram a que o senhor tivesse apresentado uma nova Recomendação a esta Assembleia porque já não conseguia resolver a situação por outros meios. Afinal, apercebi-me que o senhor não fez nenhuma diligência. Acabámos de ouvir quando é que o senhor mandou o ofício e isto não são coisas discutidas no multibanco.

Senhor presidente, já lhe disse que estou 100% à vontade para falar neste assunto porque fomos nós que propusemos esta Recomendação. Para mim não faz sentido que se apresente mais uma. Quem deve, paga. Continue à espera do dinheiro! Em vez de escrever este papel, talvez o senhor devesse escrever mais um ofício, fazer um telefonema para a secretária do senhor presidente da SPRHI, pedir uma audiência e marcar uma reunião.

Desculpe, senhor presidente da Junta; na minha opinião, para alguém que quer muito receber este dinheiro, o senhor também está em falta.

Quanto à intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves, corremos o risco de, no futuro, aparecerem outras situações em que se espere que se enviem 3 ofícios por se pensar que as coisas, afinal, só se resolvem à terceira vez.

Com recomendação atrás de recomendação, corremos o risco de retirarmos algum crédito a este tipo de situações. Temos que ter em conta a seriedade das recomendações apresentadas à Assembleia Municipal e a forma como devem ser encaradas. Quando queremos que as câmaras municipais as cumpram, não podemos fazer disto um papel que se escreve por «dá cá aquela palha».

Vamos votar favoravelmente esta Recomendação mas, senhor presidente da Junta, recomendo-lhe vivamente que, para além disto, o senhor, pelo menos, telefone ao homem!

Comentários impercetíveis por parte do senhor deputado Rómulo Correia, presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã.

Sr. presidente da Mesa: – Oh, senhor presidente! Se for necessário, eu pago essa chamada telefónica! Desculpe mas não aceito demagogias desse tipo! O senhor presidente não tem nenhuma razão para dizer que a sua Junta de Freguesia não pode pagar uma chamada telefónica por uma boa causa! Desculpe mas, isso, eu não lhe admito!

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 5.1 foi aprovada por maioria** com 31 votos a favor (17 do PS, 11 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do deputado independente) e 1 voto contra do PS.*

*Terminada a apreciação e votação dos pontos da Agenda, o senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.***

Sr. d. m. Vasco Capaz: – Peço-vos só mais um segundinho. Neste momento já estamos no dia 21 de junho mas o senhor presidente da Assembleia fez anos ontem; por isso, proponho-vos uma salva de palmas de parabéns com desejos de muitas felicidades.

(Aplausos dos membros da Assembleia Municipal).

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pela 01H23M do dia 21 de junho de 2013, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz